

- Da construção da personagem política -
Contributos para o Estudo da Personalização da Política

Aos meus pais

Ao meu irmão

Agradecimentos

À Doutora Ana Teresa Peixinho o meu mais profundo agradecimento por toda a orientação, compreensão e incentivo permanente. Sem a sua férrea determinação e exigência esta tese nunca teria sido possível.

Ao Doutor João de Almeida Santos, o meu muito obrigado pela forma como me recebeu e acolheu o pedido de co-orientação desta dissertação e pela forma como me abriu os horizontes de estudo.

Ao Ricardo Vicente, pela disponibilidade permanente, pelas discussões tidas no Tropical e pelos incentivos à conclusão deste trabalho.

Aos meus avós, Fernanda e João, pelo amor incondicional e por uma vida entregue à felicidade dos outros.

Aos meus pais, Isabel e Luís, pelo apoio permanente, por sempre terem sido os meus pêndulos e referências. Obrigado pelas oportunidades que sempre me deram.

Ao João Pedro, por todos os dias preencheres o meu coração.

Resumo

A presente dissertação de mestrado debruça-se sobre a circunscrição do objecto de estudo do político enquanto representação, assumindo-se como contributo exploratório para o estudo do fenómeno da *personalização da política*. Partindo da identificação das fragilidades tendentes à análise da representação do político enquanto signo e não enquanto significante, encetamos um esforço de natureza interdisciplinar e transdisciplinar no sentido de adequar esta preocupação metodológica ao entendimento da luta política enquanto *luta de narrativas*. Ensaçando uma proposta harmonizada de uso terminológico entre as diferentes escolas e abordagens da *teoria da personagem*, desenvolvidas no campo dos Estudos Narrativos, da Sociologia e da Comunicação Política, esta dissertação procura explorar a construção de uma base teórica metodologicamente consistente para o estudo da relação entre o desempenho eleitoral dos líderes políticos e a avaliação individual que deles é feita.

Abstract

This master's thesis focuses on the circumscription of our study object understood as the politician as representation, in what we assume to be an exploratory contribution for the study of the phenomenon of the *personalization of politics*. From the identification of the fragilities that embody the analysis of the representation of the politician as a sign and not as a significant, we undertook an interdisciplinary and transdisciplinary effort with the very purpose of trying to articulate our methodological approach to the understanding of political conflict as a *narrative conflict*. Rehearsing a harmonized proposal of a terminological use for the different approaches of *character theory* developed by Narrative Studies, Sociology and Political Communication, this thesis aims to explore a steady theoretical basis for the study of the relations established between electoral performance of political leaders and its individual evaluation.

Índice

Introdução	7
Aporias e Tensões na Era do Tudo-Ecrã	12
Comunicação Política e Luta Simbólica	25
Da Teoria da Personagem	39
Sobre o Ente	60
Conclusão	81
Bibliografia	85

Larvatus Prodeo

Introdução

O sufrágio, enquanto prática de participação política, tem merecido as mais diversas considerações e abordagens, seja pelo seu potencial impacto na vida em sociedade, seja pela procura da percepção das motivações e factores que congregam para a decisão por parte do eleitor.

Embora a participação eleitoral seja “apenas uma das modalidades possíveis de participação política” (Pasquino, 2010: 77), a verdade é que, como o suporta Gianfranco Pasquino, “especialmente nos regimes democráticos, as suas consequências são imediatas e significativas, em termos de influência sobre a selecção dos governantes aos vários níveis e, nos sistemas concorrências, pelo menos parcialmente, também sobre o tipo de políticas que serão postas em causa” (Pasquino, 2010: 77).

Sendo arguível que esta seja a modalidade de participação política mais relevante, esta é aquela que esta se apresenta como “a mais difundida e universal, ou seja, a que é praticada por maior número de sistemas políticos diversos” (Pasquino, 2010: 77).

Da relevância do seu impacto na determinação dos agentes de aplicação do poder político e da forma como esta determinação condiciona as próprias políticas públicas e expressões ideológicas, surge a afirmação dos esforços de percepção de fenómenos associados a este modelo de participação política.

A especificidade do voto, embora seja largamente considerada pelo entendimento de se tratar de “um acto que traduz de forma imediata as preferências dos eleitores individuais” (Pasquino, 2010: 87), congrega também a particularidade de não comportar “informações específicas mas genéricas” (Pasquino, 2010: 87). É destas motivações, genéricas e nem sempre totalmente claras, que se parece basear muito do interesse inerente à procura das razões e dos efeitos por detrás deste processo de decisão.

Um dos fenómenos avocados e que nas dinâmicas comportamentais dos agentes políticos parece assumir hoje particular importância¹ prende-se com a *personalização da política*,

¹ Esta observação específica ganha eco enquanto dimensão expressiva de uma percepção individual não ancorada numa análise diacrónica sistematicamente desenvolvida ou na recuperação de um qualquer contributo para o estudo do fenómeno. Embora Van Zoonen e Holtz-Bacha nos atribuam o enquadramento necessário, fazemos esta ressalva com a consciência de quem não pretende vincular este trabalho a um entendimento específico da teorização da *personalização da política*. Da mesma forma, também não pretendemos constituir esta expressão específica como oposição a um momento em que este fenómeno não assumisse “particular importância” – para recuperar as nossas palavras – mas, sim, realçar a expressão actual

conceito que assume diferentes entendimentos consoante os autores. Talvez por isso a questão hoje não se prenda exclusivamente com a questão postulada por Max Kaase sobre se, de facto, existe a *personalização da política* mas, também, com a procura de um entendimento sobre que expressões da *personalização da política* consideramos como objecto de estudo.

Embora a mais imediata leitura deste termo nos pareça remeter para as duas hipóteses que Max Kaase problematiza como fenómeno dos *mass media*, de escrutínio quantificado dos líderes políticos ou simplesmente como representação afectiva e cognitiva dos eleitores relativamente aos líderes políticos (Kaase, 1994: 213), há outros entendimentos sobre o significado deste termo, sendo o entendimento de Bennett exemplar quanto a este ponto.

Bennett advoga que tanto a fragmentação social como o declínio das lealdades partidárias parecem ter dado origem a uma era marcada pela *personalização da política*, enquanto expressão de enquadramentos colectivos (Bennett, 2002: 20). Com expressão não circunscrita ao comportamento dos agentes políticos, Bennett evoca a preocupação com o *targetting* selectivo com o intuito de melhor se dirigir aos indivíduos específicos (Bennett, 2002: 21), algo que introduz uma abordagem diferente ao entendimento avançado da *personalização da política* avançado por Kaase.

Esta abordagem de Bennet não só diverge da de Kaase como se apresenta como uma leitura significativamente diferente da leitura que Van Zoonen e Holtz-Bacha fazem do termo, já que avançam com a defesa de que as qualidades pessoais dos políticos apresentam hoje uma crescente importância na política moderna (Van Zoonen & Holtz-Bacha, 2000: 46).

Para estes autores, o conceito de *personalização da política* assume o mérito de contribuir para o entendimento da ideia da personalização, ancorada numa dinâmica entre *personagem*, mediação e percepção dos políticos individuais (Van Zoonen & Holtz-Bacha, 2000: 47).

De facto, como avançam Vliegthart, Boomgaarden e Boumans, apenas alguns estudos parecem ter tentado definir e quantificar diferentes conceptualizações do termo (Brants &

do fenómeno – ou da percepção que dele é feita – algo que a nosso ver fica evidente não só pela profusão de obras científicas dedicadas ao seu estudo mas, também, pelo próprio enfoque nas características individuais dos líderes, expressa na sondagem por nós analisada neste trabalho.

Voltmer, 2011: 94) algo que realça as dinâmicas e diferentes percepções associadas a um mesmo conceito.

Sendo certo que esta dissertação visa servir de base para o estudo futuro do fenómeno da *personalização da política*, procuraremos neste trabalho não um estudo sobre qualquer um destes entendimentos mas antes a construção de uma base teórica consistente, considerando o interesse no desenvolvimento de um trabalho focado no estudo do político enquanto *personagem* ou, mais concretamente, no estudo do político enquanto *significante*.

Esta dissertação erige-se assim num campo instável que, pela sua natureza, exige uma conceptualização de base que lhe confira consistência e coerência, já que tanto a *teoria da personagem* como da *personalização da política* parecem fundar-se em campos particularmente mal circunscritos e, como tal, propensos a imprecisões e deslizes de rigor metodológico².

Nesta dinâmica, e apesar dos diversos estudos empreendidos em ambos os campos de análise, parece haver algumas falhas na capacidade de harmonização de diferentes contributos para o estudo deste objecto de análise – que definiremos futuramente como *Ente* – e que procuraremos nesta tese abordar.

Em verdade, de todo o nosso trabalho de pesquisa ficámos com a clara percepção de que nem as teorias da *personagem* nem as da *personalização da política* parecem ter encontrado ainda um verdadeiro entendimento da circunscrição deste objecto de estudo. E, mesmo que tal possa ser avançado como incapacidade na produção da tese por nós desenvolvida, não deixa de ser problemático que terminologia base de tantos estudos possa ser tão pouco sólida³ na capacidade de definição do seu alcance mas, também, dos seus limites.

Por entendermos que só através de um aprofundado estudo dos objectos de análise – cujo enfoque optamos por atribuir à representação do político e não como o político *per si* – podemos empreender um esforço consistente de análise de qualquer fenómeno, assumimos

² Esta consideração decorre das já mencionadas dificuldades de circunscrição do termo da *personalização da política*, falha também extensível ao conceito de *personagem*, algo que releva a extrema fragilidade e exigência das análises feitas, já que estas podem ser, antes de mais, condicionadas por entendimentos erróneos dos próprios textos. A consideração de um mesmo termo utilizado para a designação de realidades distintas acrescenta ao trabalho de harmonização dos diferentes contributos e escolhas de pensamento a tarefa de unificação dos termos utilizados. Veja-se a futura discussão sobre o termo *personagem* que adquire significados muito distintos consoante a abordagem considerada.

³ Esta falta de solidez, por nós advogada, respeita a duas ordens de razão. A primeira refere-se à incapacidade de isolamento de termos centrais. A segunda à utilização imprecisa de termos.

como objectivo desta tese o desenvolvimento do estudo de um dos objectos de análise do avançado fenómeno da *personalização da política*, no que entendemos ser um esforço inicial, interdisciplinar e transdisciplinar⁴ que sustente metodologicamente e conceptualmente a continuação deste estudo.

Partindo de um capítulo inicial em que, em breves considerações, traçamos algumas das características próprias de uma sociedade que percebemos como *ecrânica e hiperespectacular*⁵, marcada pela vertigem da velocidade e pelo surgimento de novas dinâmicas comunicacionais⁶, avançamos para o estudo da *teoria da personagem*, retomando alguns dos contributos das teorias estruturalistas, psicologizantes, cognitivistas, sem esquecer ainda a relevância da pragmática para este estudo.

É do cruzamento entre os diversos contributos da teoria da personagem com alguns dos contributos da *Comunicação Política* e de uma das obras de Erving Goffman que chegamos a uma proposta harmonizada de circunscrição do objecto de estudo que nesta tese procuramos definir e que, neste trabalho, assumirá, como se disse, a designação de *Ente*.

Chegados à definição de um dos objectos de estudo central para o estudo da *personalização da política*, avançamos, no capítulo final, para a análise do *Barómetro de Junho de 2015*, sondagem realizada pelo Centro de Estudos de Sondagens e Opinião da Universidade Católica Portuguesa, de onde procuramos extrair algumas das perguntas de partida para um estudo futuro da hipotética relação entre o desempenho individual dos líderes políticos e o seu resultado eleitoral.

Procuraremos, assim, à luz de diversos contributos para o estudo da representação do político, circunscrever este objecto de estudo e, assim, cimentar as bases para um trabalho futuro sobre a *personalização da política*.

⁴ Interdisciplinar por considerar contributos das supramencionadas áreas em diálogo nesta dissertação. Transdisciplinar por considerar que tanto a teoria da personagem como o estudo da personalização da política se assumem como áreas de estudo que pressupõem um nível de integração superior e abstraído de tradicionais barreiras metodológicas ou disciplinares para a obtenção de resultados satisfatórios.

⁵ Fazendo uso livre dos termos de Serroy e Lipovetsky afluídos nesta dissertação.

⁶ Remissão para a *autocomunicação de massas* de Castells, nesta dissertação abordada.

Assumidamente influenciados pelo projecto *Figuras da Ficção*⁷, coordenado por Carlos Reis e desenvolvido pelo Centro de Literatura Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra com o patrocínio da Fundação para a Ciência e Tecnologia, empreendemos nesta tese um trabalho exploratório grandemente inspirado nos esforços de revalorização da *personagem* e nas propostas de extensão da sua análise a diferentes áreas disciplinares.

Pese o facto de estarmos perante um trabalho exploratório que, como tal, pecará sempre por insuficiente, esperamos com esta tese contribuir, ainda que modestamente, para estudos posteriores. E, ainda que certos de que deste trabalho brotarão discordâncias várias e entendimentos diversos, plasmamos a expectativa de que, prevendo-se desde já a escassez do consenso em torno das reflexões nesta tese vertidas, sobre o sal para discussões futuras.

⁷ Sobre este projecto veja-se o blogue figurasdaficcao.wordpress.com, plataforma referencial para a nossa dissertação, ou *Pessoas de Livro, Estudos sobre a Personagem*, recentemente editado pela Imprensa da Universidade de Coimbra.

Capítulo I

Aporias e Tensões na Era do Tudo-Ecrã

A análise e as reflexões sobre a actualidade política desembocam, não raras vezes, no inevitável debate sobre a crise das modernas democracias ocidentais. A reflexão não é nova e os desafios também não. A tão proclamada crise das democracias pós-modernas assume, porém, contornos cuja análise nos merece a melhor atenção, num cenário em que o cepticismo e a indiferença pela política se configuram como aspectos sintomáticos de uma realidade⁸ que teima em continuar em acelerada mutação⁹.

Se é certo que a indiferença é, como o afirma João de Almeida Santos, “um dos sintomas da crise da identidade da política (...) que, depois, é causa do aprofundamento da crise” (Almeida Santos, 1998: 113), não deixa de ser inquestionável que este alheamento encontra na sua base um institucionalizado preconceito quanto à Política.

Hannah Arendt defende que “uma das razões do poder e do perigo dos preconceitos reside no facto de alguma coisa do passado se esconder dentro deles” (Arendt, 2007: 89): desilusões com os agentes políticos, expectativas goradas, institucionalizada aversão ao poder, saturação de um modelo cuja representatividade teima em ser questionada. Provavelmente nunca saberemos qual a real causa por detrás deste fenómeno. Mas algo é certo, mais do que apenas procurar no passado a resposta, importa um questionamento sobre os factores de perpetuação do cepticismo e indiferença nas sociedades hodiernas.

Numa era marcada pela mediatização do espaço público, estudar a tensa relação entre os *media* e o poder político reveste-se de uma pertinência reforçada, dado que este se configura como meio privilegiado de contacto entre representantes e representados.

Não é, pois de estranhar que a defesa do jornalismo seja postulada como factor fundamental e decisivo para a afirmação das democracias modernas. Só o verdadeiro acesso livre à informação, mediado por profissionais vinculados a um código deontológico, pode garantir a saúde de uma democracia madura e evoluída.

Seguindo o princípio exarado por Stuart Mill no seu *Sobre a Liberdade*, partimos da premissa de que “a liberdade, enquanto princípio, não tem aplicação a qualquer estado de

⁸ Por uma questão de coerência, distanciamo-nos mais uma vez de qualquer análise diacrónica da realidade em avaliação.

⁹ Remissão para a *autocomunicação de massas* de Castells (Castells, 2013).

coisas anterior a uma altura em que a humanidade se tenha tornado capaz de se desenvolver através de uma discussão livre e equitativa”¹⁰ (Mill, 2006: 41). Como o advoga João de Almeida Santos, “para tal desiderato não basta, todavia, sofisticar e aumentar o número dos meios técnicos de informação, mas é necessário, sobretudo, promover e alargar as capacidades analítica e crítica dos indivíduos” (Almeida Santos, 1998: 133). Neste sentido, os *media* noticiosos assumem a sua importância, na encruzilhada entre a sua missão e entre as críticas e desafios permanentes que lhes são colocados.

Dada a natureza sensível e a relevância do desiderato proposto por João de Almeida Santos e dependendo a acção dos meios de comunicação e do jornalismo de pressupostos de legitimação expressivos, tanto de ordem técnica como cultural (Mesquita, 2004: 44), os meios de comunicação têm encontrado a sua legitimação fundando-se ora nas suas formas de expressão próprias, ora nas técnicas de investigação e domínio das tecnologias dos *media* (Mesquita, 2004: 44), ora numa mais romântica “aproximação às figuras do escritor e do cientista social” (Mesquita, 2004: 46).

Neste jogo de auto legitimação implícita, confrontam-se duas noções fundamentais que estão na base da fundamentação da legitimidade jornalística. Numa hipotética epistemologia do jornalismo “duas teses principais se confrontam” (Mesquita, 2004: 46), opondo-se as perspectivas objectivistas e construtivistas que, respectivamente, opõem a noção objectivista de que “a realidade social surge como um dado *a priori* que o jornalista deve observar de forma a reconstituir fielmente” (Mesquita, 2004: 46) à perspectiva construtivista, que entende a realidade à luz de “construções sociais e não como conjunto de dados preexistentes” (Mesquita, 2004: 46).

Nesta encruzilhada, encontramos em Schudson¹¹ a afirmação dos meios de comunicação e do jornalismo à luz de uma perspectiva que, implicitamente, contraria qualquer pressuposto objectivista do jornalismo. Em verdade, segundo Schudson, estes cumprem – ou aspiram – a desempenhar sete funções democráticas principais (Schudson, 2010):

¹⁰ Vejam-se a este respeito as apaixonantes reflexões sobre este clássico, exaradas nas obras *Reflexões Sobre a Liberdade, 150 Anos da Obra de John Stuart Mill* (2010), coordenada por Ana Teresa Peixinho e Carlos Camponez, *Fundamentos de Deontologia do Jornalismo* (2009) de Carlos Camponez; *Mill* (2009) de Wendy Donner e Richard Fumerton e *Principles of Publicity and Press Freedom* (2002) de Slavko Splichal.

¹¹ Na transcrição para o livro *Cidadania e Jornalismo* da sua palestra no Auditório da Fundação Luso-americana para o Desenvolvimento, ocorrida em 14 de Abril de 2008, e intitulada de *Forms of Democratic Citizenship and Functions of Journalism*.

*informação; investigação; análise; empatia social; fórum público; promoção e mobilização; representação da democracia representativa*¹².

A *informação* visa a prestação imparcial e completa da informação, com o intuito de que os cidadãos possam ajuizar fundamentadamente sobre as suas opiniões e decisões (Schudson, 2010: 34).

A *investigação*, compatível com a função anterior, aponta para uma postura mais proactiva, baseada numa perspectiva fundada numa “vigilância activa sobre fontes de poder concentradas”, por forma a condicionar positivamente as acções dos agentes em funções decisórias. Tal parte do pressuposto de que “o mundo é relativamente complexo e está relativamente encoberto”, cabendo aos jornalistas “a obrigação de procurar activamente o texto por detrás do texto” (Schudson, 2010: 35). As virtudes do jornalista, nesta função, são a persistência e a desconfiança.

A *análise* visa “fornecer quadros de interpretação coerentes, para ajudarem o cidadão a compreender um mundo complexo”, estando a sua maior virtude democrática na capacidade de tornar inteligível processos e informações complexas em informação acessível a públicos mais vastos. (Schudson, 2010: 36).

A *empatia social* visa “revelar às audiências noticiosas alguma coisa sobre outras pessoas da sua sociedade e do seu mundo, de modo a poderem apreciar os pontos de vista de pessoas diferentes”. (Schudson, 2010: 36) Nem sempre utilizada com os propósitos mais nobres, mas muitas vezes como mecanismo de alavancagem de audiências, a sua principal função reside na capacidade de “demonstrar a ligação que existe entre os problemas pessoais e as questões públicas” (Schudson, 2010: 39).

O *fórum público* visa proporcionar um “fórum para o diálogo entre os cidadãos e servir de veículo comum das perspectivas de grupos sociais diversos” (Schudson, 2010: 39).

A *promoção e a mobilização* constituem-se como mais problemáticos, porque desafiam de forma mais evidente a perspectiva e a noção enraizada dos *media* noticiosos como meios imparciais, uma vez que apontam para a promoção intencional de causas, programas ou perspectivas específicas. Estas funções, remetidas para uma condição de marginalidade

¹² De notar que esta reflexão de Schudson não esgota o campo de reflexão sobre o jornalismo, figurando nesta dissertação por ser entendida como particularmente clara e abrangente para o esforço aqui empreendido.

“não só se tornaram relativamente menos importantes, como passaram a ser menosprezadas entre jornalistas que se consideravam profissionais da busca da verdade”¹³ (Schudson, 2010: 39).

Por fim, a *representação da democracia representativa*, que visa “apresentar à sua audiência uma imagem realista das complexidades institucionais da democracia moderna” (Schudson, 2010: 40).

Como é perceptível através do enunciado de Schudson, as funções acima descritas encarnam uma assunção dos meios noticiosos enquanto actores políticos, afastados de uma perspectiva simplista da realidade social e da defesa do *sacrossanto valor da objectividade*¹⁴. Este ponto de vista é reforçado por Mário Mesquita na abertura da mesma conferência onde Schudson apresentou esta categorização¹⁵. Na obra de Schudson, a neutralidade jornalística, mais do que um conceito doutrinal, é assumida como triunfo da estratégia comercial dos *media* para o aumento das vendas e circulação (Schudson, 2010: 64).

Em boa verdade, embora os *media* condicionem o discurso político pela tónica que colocam na força da opinião pública, é impossível percepcioná-los como um meio desapegado das instituídas relações de poder¹⁶. E se é possível equacionar algum elemento da acção humana que escape a estas, a comunicação não é, decisivamente, uma delas.

A relação entre político e mediático é, com efeito, marcada pela complexidade e, tal como a caracteriza João de Almeida Santos, “impura”, já que nem os *media* conseguem hoje resistir aos fascínios do poder político, nem o poder político consegue hoje fugir ao “cativeiro mediático” estabelecido (Almeida Santos, 1998: 221).

¹³ A este respeito ver ainda as obras *Verdade e Política* (1995), texto publicado em 1967 na *The New Yorker* por Hannah Arendt e trazido ao prelo em tradução portuguesa sob a forma de título autónomo, e *Jornalismo e Verdade* (1999) de Daniel Cornu.

¹⁴ Adaptação livre da expressão utilizada por Mário Mesquita no capítulo “Em Louvor da Santa Objectividade”, mordaz análise em sintonia com o próprio título do livro que o acolhe: *O Quarto Equívoco, O Poder dos Media na Sociedade Contemporânea* (2004).

¹⁵ Expressa no mesmo título *Cidadania e Jornalismo* (2010) onde figura a transcrição da palestra de Schudson.

¹⁶ Nota para o texto *A Narrativa como Superação da Crise* (2012), de Ana Teresa Peixinho, onde é aflorada a crise do Jornalismo. Como a autora refere, “o jornalismo, enquanto actividade e área sociocultural, também não escapa, portanto, à abrangência da crise nas sociedades actuais, sendo ele um campo marcado por problemas endógenos mas, também e, seguramente, por tensões externas que dilaceram o campo socioprofissional” (Peixinho, 2012: 175).

De facto, longe das designações de *4º Poder*, dos *Cães de Guarda* ou do *Contra-Poder*, meras “mitologias glorificantes da acção dos jornais e dos jornalistas” (Mesquita, 2004: 74), importa-nos lembrar que “o poder dos *media* é condicionado e controlado por todos os outros” (Mesquita, 2004: 74).

Além da perceptível incapacidade para retractar uma realidade social complexa e infinita em narrativas circunscritas pelo meio¹⁷, pelo tempo¹⁸ ou espaço¹⁹, ressalta a evidência da importância dos métodos e condicionantes de concepção dos produtos informativos, que surgem sempre condicionados por questões tão diversificadas como os meios técnicos à disposição, o critério editorial, as fontes, as rotinas, a concorrência, o contexto, a percepção do próprio jornalista ou a sua autonomia profissional²⁰.

Neste cômputo e tendo em conta as significativas evoluções técnicas, verificamos que a evolução da linguagem e estética jornalística podem contribuir para condicionar a representação do *real* que nos é apresentada, algo que nos parece merecedor de significativa atenção e atenta análise, seja ela mais propensa a leituras mais optimistas ou catastrofistas.

Embora defendamos nesta tese a hipótese de estas expressões estarem sempre condicionadas aprioristicamente por dinâmicas e mecânicas narrativas mais profundas, não deixa também de ser verdade que, pelas alterações das condicionantes da representação do *real*, assistimos a novos fenómenos extensíveis a outras dinâmicas. De facto, neste novo espaço público mediatizado, a considerada mudança das condições da visibilidade vem também alterar as condições do exercício do poder (Serrano, 2002: 22)²¹, abrindo espaço a uma revolução significativa na forma do jogo político.

Dir-se-ia no início do milénio que, com o primado dos ecrãs, a política se inclinaria, tendencialmente, para “um modelo televisivo e esta mudança implica uma redefinição

¹⁷ Atendo-nos aos meios transmissivos tradicionais, entendamos as diferenças da narrativa televisiva, radiofónica ou impressa, por exemplo.

¹⁸ Referente às limitações de duração das peças jornalísticas, como acontece nos materiais televisivos ou radiofónicos.

¹⁹ Referente às limitações de caracteres nos trabalhos jornalísticos impressos.

²⁰ Sobre os critérios de noticiabilidade, veja-se, a título exploratório, o livro *Teorias da Comunicação* (2006), de Mauro Wolf. Para um estudo mais pormenorizado, partamos do trabalho de Johan Galtung e de Mari Ruge “The Structure of Foreign News. The Presentation of the Congo, Cuba and Cyprus Crises in Four Norwegian Newspapers” (1965), publicado no *Journal of Peace Research*.

²¹ Veja-se a actualidade da premissa exposta que mantém a sua pertinência total nos dias de hoje, apesar de constar de título publicado em 2002 e, como tal, ainda não tendo presente a deflagração da *autocomunicação de massas*.

profunda da noção de representação política” (Gonçalves, 2005: 80), alteração extensível a todos os campos da actuação política e observável na sua actividade comunicacional²². É sobre este fenómeno de explosão dos ecrãs que Lipovetsky e Serroy se debruçam na sua obra *Ecrã Global*, onde reflectem sobre a forma como estes vieram condicionar e alterar transversalmente a experiência humana, de uma forma significativa e revolucionária²³.

Pensar hoje a sociedade implica “pensar num mundo social que se tornou ao mesmo tempo ecrânico e hiperespectacular”, cuja análise nunca poderá ser efectivamente feita sem uma análise com recurso ao prisma dos novos dispositivos visuais (Lipovetsky & Serroy, 2010: 27). Como reflectem Lipovetsky e Serroy, são os dispositivos visuais que contribuem para a nossa percepção do mundo, produzindo realidade, dando-nos a ver “o nosso próprio mundo transformado num misto de real e de imagem-cinema, um real fora-do-cinema submetido ao molde do imaginário-cinema” (Lipovetsky & Serroy, 2010: 298). “Em meio século passámos do ecrã-espectáculo ao ecrã-comunicação, do ecrã-único ao tudo-ecrã” (Lipovetsky & Serroy, 2010: 10), abrindo-se, assim, a época do *ecrã global*:

"Durante muito tempo, o ecrã-cinema foi único e incomparável; hoje perde-se numa galáxia cujas dimensões são infinitas: eis a época do ecrã global. O ecrã em qualquer lugar e em qualquer momento: nas lojas e nos aeroportos, nos restaurantes e nos bares, no metro, nos carros e nos aviões; o ecrã de todas as dimensões, o ecrã liso, o grande ecrã e o mini-ecrã móvel; o ecrã sobre si, o ecrã consigo; o ecrã onde se faz tudo e onde se vê tudo. Ecrã vídeo, ecrã miniatura, ecrã gráfico, ecrã portátil, ecrã táctil: o século que se anuncia é o do ecrã omnipresente e multiforme, planetário e multimediático” (Lipovetsky & Serroy, 2010: 10).

Na *ecrãnosfera*, em que o cinema se afigura como sua expressão máxima, encontramos uma sociedade marcada pelo “princípio do perecível, do temporário, da obsolescência

²² Os recentes desenvolvimentos técnicos conduzem-nos ao entendimento de que esta asserção não é hoje tão inquestionável como, porventura, já o chegou a ser.

²³ Pese a evidente ligação entre a valorização do papel da televisão, operada por Gonçalves (2005), e a reflexão sobre a explosão dos ecrãs, sublinhem-se as diferenças nas abordagens. As reflexões levadas a cabo por Serroy e Lipovetsky são, com efeito, mais abrangentes e avaliadoras de uma realidade menos apegada a um meio específico. Ainda que Serroy e Lipovetsky partam do conceito e da revisitação do cinema para dele extraírem as expressões da sua influência e dele aduzirem as consequências por este meio introduzidas não só nos meios que lhe sucederam – como por exemplo a televisão – mas, também, sobre as reconfigurações que este introduzira na sociedade. É, assim, extensível nas suas mais diferentes dinâmicas à própria realidade actual, já que mesmo os *smartphones*, *tablets* ou meros computadores são passíveis de adequação à realidade *hiperespectacular* desta nova *ecrãnosfera*, mantendo a validade num contexto de *autocomunicação de massas*.

acelerada” (Lipovetsky & Serroy, 2010: 41), apenas atenuada pela sua “formidável força de sedução, usada especialmente pelas estrelas” (Lipovetsky & Serroy, 2010: 41). É precisamente na *estrela* que radica a “derradeira legibilidade”, a força simplificadora “adequada a convocar o menor esforço possível ao seu destinatário” e a “cristalizar todos os fantasmas e todos os sonhos numa figura estereotipada construída para ser imediatamente reconhecível” (Lipovetsky & Serroy, 2010: 39).

Na *ecrãnosfera* “tudo se amplifica, tudo se radicaliza e se torna vertiginoso, sem limite” (Lipovetsky & Serroy, 2010: 47), numa engrenagem demolidora na direcção de uma *sociedade hipermoderna*, onde a emoção aflora “não tanto pelo que é relatado, mas pelos efeitos de cor, de som, de formas, de ritmos” (Lipovetsky & Serroy, 2010: 50). Os próprios consumos alteram-se e os consumos de outrora são “substituídos por um consumo do tipo hiperindividualista, desregulado, dessincronizado, em que cada um vê o filme que quer, quando quer, onde quer” (Lipovetsky & Serroy, 2010: 61).

Na sua obra, Lipovetsky e Serroy oferecem-nos assim uma leitura que, embora marcada por um notório cepticismo, se apresenta como particularmente desafiante²⁴.

Este novo quadro comunicacional cria necessariamente ondas de impacto que são visíveis nas mais diversas realizações humanas, às quais a política não poderá nunca escapar:

“Um conjunto de novas tendências na forma de comunicação dos actores políticos e na sua interacção com os cidadãos e com os media (...), na forma como os políticos se relacionam, negociam e competem entre si, no tipo de políticas que desenvolvem e no próprio modo como o sistema político se organiza” (Gonçalves, 2005: 23).

A importância que a comunicação social adquiriu nas sociedades pós-modernas encontra eco na forma como passou a condicionar o discurso político e o espaço público mediatizado é hoje um palco privilegiado do confronto político, onde cada agente procura “fazer coincidir as suas necessidades de acontecimento com as dos profissionais do campo jornalístico” (Traquina, 2000: 22), numa permanente “luta simbólica em torno da construção dos acontecimentos e das questões” (Traquina, 2000: 29).

²⁴ Asserção de natureza eminentemente emocional, ainda que de tal não decorra a sua desvalorização científica ou analítica.

Esta dinâmica não assume, contudo, um fluxo unidireccional mas sim partilhado entre agentes directamente interessados, os agentes dos órgãos de comunicação social e os receptores, algo que incorpora, também, alguns paradoxos decorrentes da sua influência no decurso da normal vida democrática.

Ora, ao contrário de um sistema de opinião pública com efeitos claros, assistimos a situações ambivalentes em que os seus efeitos parecem contradizer-se. De facto, a grande complexidade desta relação reside precisamente no facto de o sistema de opinião pública se apresentar simultaneamente enquanto fonte de reforço da coesão de uma sociedade democrática mas, ao mesmo tempo, contribuir, de igual forma, para conformar os cidadãos a uma perigosa ataraxia. E, como reflecte João de Almeida Santos, “a aporia é esta: o sistema de opinião pública é, hoje, as duas coisas” (Almeida Santos, 1998: 133).

A opinião pública e a democracia vivem, deste modo, num constante jogo de paradoxos, aos quais não escapam as reflexões sobre os *media* e a democracia. Pois, se estes, por um lado, contribuem para democratizar o acesso à política, por outro, contribuem para a reduzir a manifestações e linguagens conflituantes com os princípios democráticos.

Vivemos, hoje, uma “era de política-espectáculo em plena era da telemática” (Almeida Santos, 1998: 202), que assume um rosto empresarial e mercantil que a aproxima perigosamente do mundo da publicidade. “Fascinada, mas pragmática, fundiu-se a baixa temperatura com o mito do sucesso, da imagem de marca, com o hedonismo consumista e o utilitarismo” (Almeida Santos, 1998: 205). E, para tal, muito tem contribuído a televisão.

Se é certo que, como acima referimos, a televisão permite um acesso da informação às massas, também não é menos verdade que tal veio com um custo inerente de simplificação e espectacularização do terreno da política.

Não será assim estranho acolhermos como hipótese que a política se incline, cada vez mais, para um modelo televisivo e para o facto de esta mudança implicar uma redefinição profunda da noção de representação política” (Gonçalves, 2005: 80). A televisão introduz uma nova relação temporal entre o evento e o público, marcada pela rapidez da reconversão mediática do acontecimento e pela sua dimensão imagética. Trata-se, portanto, de uma mudança em torno da imagem e da rapidez, características contrárias ao exercício das funções públicas que se espera serem alvo de reflexão, de ponderação e de sobriedade na forma (Almeida Santos, 1998: 207).

João de Almeida Santos é particularmente crítico na análise deste fenómeno de mútua influência entre os meios de comunicação e os agentes políticos, acusando-os de contribuírem para a renúncia ao interesse público em favor do interesse do público:

“tendem a reduzir, por motivos de aparente eficácia técnica, a fórmulas puramente retóricas a substância, a profundidade e o alcance temporal do discurso político (...) com o resultado catastrófico de serem, depois, os actores-políticos a esvaziarem-se eles próprios de conteúdo (quando o têm) para se encherem, depois, de técnicas do efémero espectacular” (Almeida Santos, 1998: 208).

Estes desenvolvimentos devem, necessariamente, abrir espaço para preocupação e consequente reflexão. Como João de Almeida Santos sintetiza, a vertigem da imagem “provoca mais emoção que raciocínio e privilegia o movimento em relação à estabilidade” (Almeida Santos, 1998: 211), criando espaço para a reconversão da cidadania num espaço de visualização passiva.

Esta visão tem sido, contudo, desafiada prática e teoricamente pelo aparecimento de novos meios que têm contrariado a lógica tradicionalmente unidireccional da comunicação de massas (Castells, 2013: 97). Esta mudança, contudo, não traduz o fim dos meios anteriormente utilizados mas sim uma alteração na ecologia mediática em que operam, com consequências para o próprio meio.

Assim, “a televisão está viva e continua a ser o principal meio de comunicação de massas do século XXI”²⁵ (Castells, 2013: 103), sendo que “o que mudou foi a fragmentação da televisão em múltiplos canais, muitas vezes dirigidos a audiências concretas”^{26,27} (Castells,

²⁵ Leiam-se na obra os dados que sustentam esta asserção do autor, merecedores de monitorização futura: “a introdução da televisão também se tem mantido estável nos EUA, com 98% durante os últimos vinte anos. Na Europa, o número de agregados com acesso à televisão passou de 1.162.490,4 em 2002 a 1.340.201,3 em 2007 (Euromonitor, 2007). O número de horas passadas em frente à televisão cresceu a um ritmo constante na maioria dos países. Nos EUA, o agregado familiar médio passou 57 horas e 37 minutos por semana a ver televisão, em 2006, um aumento de 20 minutos desde 2005 e de quase 10 horas desde que Nielsen começou a pedir audiómetros, há quase 2 décadas (Mandese, 2007).” (Castells, 2013: 103).

²⁶ “As tecnologias digitais permitiram a multiplicação do número de canais que se podem receber (Galperion, 2004). Embora a televisão digital tenha aumentado a capacidade do meio libertando espectro, só começou a funcionar nos países mais desenvolvidos no período 2009-2012. No entanto, mesmo antes da chegada da televisão digital, houve uma incubação de canais de televisão e horários televisivos diversos em todo o mundo. Em 2007, o agregado familiar médio norte-americano tinha acesso a 104 canais de televisão, mais 16 que em 2006 e mais 43 que no ano 2000 (Nielsen Research, 2007)” (Castells, 2013: 103).

²⁷ “Apesar de a televisão continuar a ser o meio de comunicação de massas dominante, a tecnologia, os negócios e a cultura transformaram-na profundamente, ao ponto de que agora se considera um meio que combina difusão massiva com difusão personalizada. Em 1980, uma média de 40% dos agregados familiares

2013: 103), combinando agora “difusão massiva com difusão personalizada” (Castells, 2013: 102)

A verdade é que, como Castells reconhece, com a massificação destes novos meios, abrem-se novas portas e novas formas de comunicar:

“Com a difusão da internet surgiu uma nova forma de comunicação interactiva caracterizada pela capacidade para enviar mensagens de muitos para muitos, em tempo real ou num momento concreto, e com a possibilidade de usar a comunicação ponto-a-ponto” (Castells, 2013: 98) .

Castells denomina este tipo de comunicação como “autocomunicação de massas” (Castells, 2013: 97). De massas porque “pode potencialmente chegar a uma audiência global” (Castells, 2013: 98) e autocomunicação já que, simultaneamente, “ela mesma gera uma mensagem, define os possíveis receptores e selecciona mensagens específicas ou o conteúdo da web e das redes de comunicação que deseja recuperar” (Castells, 2013: 98).

Ora, Castells é muito claro na leitura que faz. Para ele, esta *autocomunicação de massas* não substitui as demais formas de comunicação, antes adiciona novos elementos complementares, com impacto nas próprias dinâmicas sociais:

“As três formas de comunicação (interpessoal, comunicação de massas e autocomunicação de massas) coexistem, interagem e, ao invés de se substituírem, complementam-se. O que é historicamente novidade, e tem enormes consequências para a organização social e a mudança cultural, é a articulação de todas as formas de comunicação num hipertexto digital, interactivo e complexo que integra, mistura e recombina na sua diversidade uma ampla variedade de expressões culturais produzidas pela interacção humana” (Castells, 2013: 98).

Para chegar a esta situação aconteceram mudanças decisivas não só técnicas mas, também, culturais e políticas, sintetizadas por Castells em quatro alterações-chave. Primeiramente,

norte-americanos com televisão sintonizaram um dos três principais canais de notícias numa determinada noite. Em 2006, este valor desceu até 18,2%. Segundo a Nielsen Media Research, em 2006 mais de 85% dos agregados norte-americanos detinha televisão por cabo ou satélite, contra os 56% de 1990. A audiência do horário nobre de televisão (8h-11h da noite) caiu de 80% em 1990 para 56% em 2006 (Standard and Poor, 2007)” (Castells, 2013: 104).

podemos considerar que a revolução tecnológica do digital, com a conseqüente ligação entre dispositivos, crescentemente aprofundada, tem conduzido a uma “omnipresente comunicação local-global com redes sem fio” (Castells, 2013: 99) com impactos decisivos na realidade social.

A par de uma segunda alteração fundamental, operada no âmbito da definição de emissores e receptores, na dimensão estrutural e organizativa dos *media*, assistimos também a uma comercialização generalizada dos *media* e a um processo de globalização e concentração de empresas de *media* de massas, em simultâneo com uma tendência de segmentação, personalização e diversificação dos mercados de *media*, a que não é alheia a formação de grupos empresariais multimédia e uma maior convergência empresarial vertical na área das telecomunicações (Castells, 2013: 99).

Estas supracitadas mudanças têm também operado transformações na dimensão cultural do processo de transformação comunicacional, através do diálogo entre duas dinâmicas aparentemente opostas, apresentando um caminho paralelo entre o desenvolvimento de uma percepção globalizante do mundo e o reforço de dinâmicas individualizantes do indivíduo (Castells, 2013: 99).

E, por fim, uma quarta mudança, sintomática e reveladora da persistência do fosso comunicacional digital social e regional, que nos alerta para o facto de existirem ainda significativas barreiras no acesso a estas novas realidades, algo que releva a interdependência entre o poder económico e o acesso aos novos meios de comunicação (Castells, 2013: 101).

Como é perceptível por esta leitura de Castells das transformações operadas, hoje as relações de poder assistem a significativas alterações. Releva-se a percepção de que os próprios limites relacionais parecem abalados, não se configurando já o nível nacional como referencial último mas sim um espaço global muito mais dinâmico e alargado. (Castells, 2013: 50)

Pela dependência dos novos meios de comunicação que estas novas dinâmicas relacionais evidenciam, assistimos hoje a novas expressões e manifestações de poder e opressão. De facto, “as fontes de poder social no nosso mundo (...) não mudaram fundamentalmente na nossa experiência histórica”, (Castells, 2013: 89) mas o terreno em que operam as relações de poder mudou significativamente, erigindo-se hoje em função de redes articuladas numa

dinâmica operada entre o global e o local, ao invés de em unidades individuais (Castells, 2013: 89).

Façamos contudo a ressalva de que as redes não são uma forma específica das sociedades do século XXI nem da organização humana, já que estas constituem a estrutura fundamental da vida (Castells, 2013: 55). Contudo, a novidade está no facto de as redes se terem tornado na forma organizativa mais eficiente como resultado de três recursos fundamentais que beneficiaram do novo ambiente tecnológico: *flexibilidade*, *adaptabilidade*, *capacidade de sobrevivência* (Castells, 2013: 57). *Flexíveis* porque podem reconfigurar-se em função do ambiente mantendo o seu objectivo, *adaptáveis* por poderem expandir ou reduzir o seu tamanho com poucas alterações e *resilientes* por serem capazes de resistir aos ataques aos nós sem hipotecar o funcionamento da restante rede, restando a possibilidade da destruição física dos pontos de ligação para eliminar a rede.

Neste ambiente, o poder na sociedade em rede global radica fundamentalmente em quatro formas de poder distintas: o poder de ligar-se em rede – *networking power* –, o poder de rede – *network power* –, o poder em rede – *networked power* – e o poder para criar redes – *network-making power* (Castells, 2013: 80).

Não sendo nosso objectivo discorrer sobre estas formas de expressão do poder em rede, aproveitamos, unicamente, para, de todas estas, realçar a relevância do *poder de ligar-se em rede* pelo facto de se constituir como a mais determinante, pelo simples facto de ser, como Castells afirma, “uma forma fundamental de exercer o poder que é comum a todas as redes” (Castells, 2013: 89). O poder de *ligar-se em rede* – ou excluir-se – consiste numa expressão de poder operada por inclusão/exclusão. Assim, mais importante do que a força em determinada rede, o factor determinante e marginalmente mais determinante passa, precisamente, pela simples capacidade de inclusão nessa mesma rede, uma vez que “o custo da exclusão das redes aumenta mais depressa que as vantagens de inclusão” (Castells, 2013: 80). Ou seja, à luz da *Lei de Metcalfe*, “o valor de estar numa rede aumenta exponencialmente com o tamanho desta (...) mas, ao mesmo tempo, a desvalorização que envolve a exclusão da rede também aumenta exponencialmente, e a uma velocidade maior que o aumento do valor de estar na rede” (Castells, 2013: 81).

Os processos de apagamento simbólico ganham, assim, nova expressão dada a importância que as redes hoje assumem, reforçando os já existentes. O apagamento simbólico da representação, a inacessibilidade material à informação ou a simples inacessibilidade da

linguagem informativa são, assim, apenas exemplos de como a exclusão da rede, seja formal ou simbólica assumem significativa relevância, na imediata proporção da postulada *Lei de Metcalfe* e de quão dinâmicos e relevantes podem ser os papéis de todos os agentes envolvidos no processo comunicacional.

O espaço comunicacional não é senão espaço social conflitual, transversal às demais dinâmicas sociais, tanto como elemento transformador como expressivo das diversas realidades, condicionando-as e sendo condicionado por elas. A capacidade de pensar a política ou, simplesmente, a sociedade é pois indissociável da capacidade de pensar a comunicação. Pois ela é espaço conflitual de luta simbólica e trincheira primeira de todo e qualquer combate.

Capítulo II

Comunicação Política e Luta Simbólica

A actividade comunicacional tem actualmente influência decisiva na forma de fazer política. Contudo, o exercício do poder foi, desde sempre, marcado pela importância de uma gestão eficiente da actividade comunicativa, algo por demais evidente quando lemos algumas das referências de dois dos mais profusamente divulgados “manuais de estratégia”, separados por 2000 anos: *A Arte da Guerra* de Sun Tzu e *O Príncipe*, de Maquiavel.

Sendo certo que a redução dos escritos sobre estratégia a apenas dois volumes peca por extraordinariamente escassa, importa aqui realçar a forma como podemos observar a imutabilidade de alguns factores endógenos às mecânicas de poder.

Embora a obra de Sun Tzu deva ser lida à luz da época escrita²⁸, encontramos claras semelhanças na centralidade a que a actividade comunicacional tem sido votada, sendo prova mais que evidente a seguinte passagem:

“A conduta da guerra é

Uma conduta de enganos

Quando fores capaz,

Finge que não és capaz;

Quando posicionares as tuas tropas,

Age como se não fosse o caso.

Quando perto,

²⁸ O escrito de Sun Tzu terá sido produzido em 500 A.C. (Dimovski, Maric, Uhan, Durica, & Ferjan, 2012, p.151). Já a obra de Nicolau Maquiavel – ou Machiavelli – terá sido escrita entre 1469 e 1527, intervalo correspondente ao tempo de vida do seu autor. (Machiavelli, 2008: 11).

finge-te longe;

Lança o engodo;

Desfere um ataque pronto.

(...)

Este é o segredo

De uma vitória em tempo de guerra

Não pode ser

Revelado

Antes de tempo.”

(Tzu, 2008: 11)

Esta passagem – como aliás todo o tratado – não deve ser lida de forma literal e deve prever os anacronismos de uma obra com mais de dois milénios. E, neste caso, devemos enquadrá-la não como um manuscrito sobre a guerra em sentido estrito, mas sim sobre o conflito, com as necessárias adaptações do vocabulário utilizado.

Como podemos observar pelo excerto supracitado, toda a actividade militar está intimamente dependente da capacidade de comunicar de forma eficaz e eficiente. Sun Tzu estabelece de forma clara a distinção entre comunicação e informação, operacionalizando estratégias de desinformação e de gestão de informação, frisando que delas depende fortemente o sucesso da vitória.

Também Maquiavel advogou a centralidade do papel da comunicação, uma vez que, para este, “os homens, em geral, julgam mais com os olhos do que com as mãos” (Machiavelli, 2008: 129) sendo que “ao príncipe, então, não é necessário possuir, de facto, todas as qualidades (...) mas é necessário que pareça possuí-las” (Machiavelli, 2008: 128).

Maquiavel estabelece aqui uma importante dissociação operativa entre o campo das aparências e o campo da materialidade das acções. Como Diogo Pires Aurélio sintetiza, em Maquiavel, “a virtude do príncipe não é o equivalente da sua capacidade de agradar” (Bento et al., 2012: 90). Em boa verdade, “a virtude política, em suma, consiste não só em ostentar virtudes, verdadeiras ou falsas, mas acima de tudo em condicionar os modos de ser avaliado, em ser actor e ao mesmo tempo encenador” (Bento et al., 2012: 92).

Fazendo a necessária ressalva de estarmos perante leituras técnico-instrumentais do poder, dissociadas do conceito de moral²⁹, podemos verificar que, pese embora a grande diferença de épocas em que foram escritas, estas duas obras assumem – de formas diferentes – a importância de uma boa e eficiente capacidade de comunicar e concebem o exercício do poder extraordinariamente dependente da comunicação.

Pensar a democracia é pois impossível sem uma reflexão aprofundada sobre a comunicação e a sua relação com os mecanismos e esferas de poder, como aliás explicitámos no capítulo precedente.

Mário Mesquita define a *comunicação política* como “o conjunto de técnicas e processos utilizados pelos actores políticos, sejam eles pessoas singulares ou colectivas, a fim de influenciarem a opinião” (Mesquita, 2004: 91).

Daí se infere que os questionamentos sobre a própria *comunicação política* não incidam necessariamente sobre a mutabilidade da sua essência mas sim sobre as suas manifestações, os meios que apresenta ao seu dispor e as suas consequências na arena social.

É hoje observável que a *comunicação política*, enquanto área de estudo, tem vindo a adquirir contornos de grande especialização, decorrentes do facto de hoje ser necessário possuir conhecimentos cada vez mais elaborados sobre uma prática em mutação, fruto dos avanços técnicos constantes, dos quais a *autocomunicação de massas* se afigura com apenas uma das muitas expressões dos novos desafios que se levantam a uma construção do real operada grandemente através de uma mediação extraordinariamente dependente dos actuais meios de comunicação.

²⁹ João de Almeida Santos sustenta esta percepção na sua reflexão sobre o escrito de Machiavelli. Segundo João de Almeida Santos, Machiavelli apresenta “normas técnicas, independentes da moral, visando somente o sucesso no exercício e na consolidação do poder” (Bento et al., 2012: 148).

Hoje a realidade política é uma realidade tendencialmente construída em segunda e terceira mão, por intermédio dos diferentes *media*. Como Dan Schill aponta, embora a maioria dos cidadãos não tenha nunca a possibilidade de apertar a mão e privar com o seu chefe de estado ou de ler as propostas de lei a verdade é que será através dos *media* que estes construirão as suas preferências e paixões em torno de políticos ou políticas³⁰ (Schill, 2009: 1).

Estrela Serrano vai mais longe e advoga que os *media* “dominam, cada vez mais, o espaço público, na medida em que o acesso aos acontecimentos fora do campo da experiência pessoal depende, essencialmente, da mediação jornalística” (Serrano, 2002: 23). Sendo certa a influência da mediação jornalística, a grande questão prende-se, no nosso entender, com a relevância do fenómeno de mediação da informação pelos meios de comunicação, algo que, não sendo totalmente novo, ganha neste mundo *ecrânico* e *híper-espectacular* marcado pela *autocomunicação de massas* – revisitando Serroy, Lipovetsky e Castells – uma dimensão dificilmente comparável na História Mundial.

Actualmente, há quem advogue que os *media* “esgotam o espaço público”(Almeida Santos, 2012: 120) e, embora seja questionável que detenham o seu monopólio (Almeida Santos, 2012: 113), a verdade é que estes impõem hoje uma universalidade da acção, conquistando peso à acção e interacção locais (Almeida Santos, 2012: 120), mesmo se Castells advoga que esta continua presente.

Os agentes políticos não foram – nem são – obviamente alheios a tal facto e, num universo marcado pelo agonismo e pelo confronto, torna-se óbvia a crescente premência da disputa deste espaço de influência:

“A necessidade de visibilidade levou os políticos a encontrar regras para orientar e praticar essa visibilidade, na medida em que necessitam da visibilidade mediática, não apenas para conquistar o voto dos eleitores, mas também no exercício do poder no dia a dia” (Serrano, 2002: 22).

³⁰ Leia-se: “political knowledge is mediated and socially constructed. Most American’s do not have the ability to shake hands with their president, investigate policy proposals, or directly hear the president defend his policies; however, Americans still have strong attitudes and beliefs of politicians and policies, developed at least in part from their exposure to images and messages presented in the news” (Schill, 2009: 1)

Assim, assistimos a uma reconfiguração da linguagem política, em função das propriedades dos meios comunicacionais, já que “a mudança das condições de visibilidade mudou as condições do exercício do poder” (Serrano, 2002: 22). No paradigma mediático moderno, a *realidade* surge mediada em função dos factores da velocidade, da emoção, da imagem e do mercado (Almeida Santos, 2012: 188), abrindo-se um infindável espaço para a perversão do processo democrático.

João de Almeida Santos sintetiza algumas das novas tendências em torno de cinco grandes fenómenos, que se afirmam, no fundo, como a radicalização do paradigma anterior. Assistimos, assim, à irrupção da hiperpersonalização³¹, ao predomínio do interesse do público sobre o interesse público, à reconversão da ideia de cidadão em consumidor e espectador, à redução do discurso político à retórica do marketing e à fragilização das estruturas políticas tradicionais (Almeida Santos, 2012: 15).

Operamos no campo do efémero. “Os processos de pós-modernização enfraqueceram as relações políticas e aumentaram a volatilização e a insatisfação do público” (Serrano, 2002: 29), o que origina a necessidade de se encarar a política como campo de campanha permanente, com a conseqüente invasão das técnicas de sedução, em detrimento da predominância discursiva e doutrinária (Mesquita, 2004: 93).

Hoje, a *comunicação política* surge-nos muitas vezes como uma “extensão do marketing político” (Mesquita, 2004: 91), abrangendo um vasto conjunto de manifestações que vão desde as formas tradicionais anteriores à emergência dos *media* até às modalidades características da publicidade e do marketing (Mesquita, 2004: 91).

Se as expressões da *comunicação política* parecem alteradas e mais sofisticadas, há, contudo, sinais inequívocos de que a análise do fenómeno, equacionada à luz de uma pulsão teórica excessivamente arreigada à ordem da pragmática, é estritamente desajustada e incompleta, algo reforçado por alguns contributos.

³¹ O termo *hiperpersonalização* é retirado da obra *O Quarto Equívoco, o Poder dos Media na Sociedade Contemporânea*, de Mário Mesquita. Ainda que a definição surja toldada pelas dúvidas que nesta dissertação apresentamos relativamente ao fenómeno da *personalização da política*, o termo parece apontar para uma percepção semelhante à de João de Almeida Santos. Assim, a forte *personalização da política*, referente à “irrupção de poderes carismáticos induzidos fundamentalmente pelos *media*” (Almeida Santos, 2012: 15), fazemos corresponder o termo de Mário Mesquita, que ilustra uma sociedade onde “a complexidade dos problemas [se] dissolve em combates de chefes, centrados nas imagens dos líderes recriadas pela televisão” (Mesquita, 2004: 98).

Neste campo, uma das definições relativas à batalha travada na arena política que mais nos interessou surge pelas mãos de Robert Denton e Gary Woodward, que oferecem uma visão da luta política como a “luta entre diferentes definições de situações”³² (Serrano, 2002: 32), algo que nesta dissertação interpretamos à luz de *luta de narrativas*.

Esta consideração, verdadeiramente fulcral para o trabalho aqui desenvolvido, situa a luta política num campo conflitual e competitivo, extraindo da própria realidade a capacidade de afirmação política enquanto tal, uma vez que a carga ideológica não surge arreigada às situações ocorridas em si mas, sim, à sua construção em linguagem.

Isto acontece essencialmente porque, como Barthes aponta, “a linguagem nunca é inocente”, já que “continua a estar cheia da recordação dos seus usos anteriores” (Barthes, 2006: 19):

“As palavras têm uma memória segunda que se prolonga misteriosamente no meio das novas significações. A escrita é precisamente esse compromisso entre uma liberdade e uma recordação, é a liberdade recordadora que só é liberdade no gesto da escolha, e não na sua duração” (Barthes, 2006: 19).

É desta premissa da narrativa como intrinsecamente ideológica, interpretada à luz de um entendimento da narrativa como faculdade cognitiva – posteriormente explorada nesta tese – que Barthes nos recorda de que a simples definição da realidade social será sempre impura e inconciliavelmente afastada de qualquer pretensa neutralidade:

“Todas as marcas escritas se precipitam como um elemento químico no início transparente, inocente e neutro, no qual a simples duração faz aparecer a pouco e pouco todo um passado em suspensão, toda uma criptografia cada vez mais densa” (Barthes, 2006: 19).

³² “O modelo político da gestão da informação envolve, não apenas o privilegiar de certos assuntos, mas também a sua definição. Como referem Robert Denton e Gary Woodward (citados por Pfetsch, 1998: 75), “as lutas políticas são, na realidade, lutas entre diferentes definições de situações. Os vencedores são aqueles que conseguem articular uma definição que corresponda ao sentimento da maioria dos votantes”. Uma vez definidos os acontecimentos, torna-se necessário fazer o seu enquadramento, isto é, mobilizar o consenso público e influenciar a cobertura jornalística” (Serrano, 2002: 32).

Esta densidade narrativa a que Barthes se refere, decorrente da mencionada *memória segunda das palavras*, confronta-nos com o entendimento de que a *realidade* não nos é dada mas, sim, socialmente construída. Será das diferentes percepções ou construções socialmente construídas da mesma *realidade* que brotarão as mencionadas *lutas de narrativas*, objecto central da luta política.

Esta passibilidade da adequação do conceito de narrativa ao estudo da arena política é, porém, apenas possível fruto de avanços teóricos alicerçados numa perspectiva consideravelmente mais abrangente, herdeira do estruturalismo francês, escola de pensamento de Barthes.

A narrativa surge assim, para nós, verdadeiramente emancipada do campo *ficcional*, reconhecida aqui como “fenómeno semiótico que transcende disciplinas e *media*” (Herman, Jahn, & Ryan, 2010: 344). Com consequências ao nível da própria expansão do terreno da narrativa, este entendimento é acompanhado por um alargamento semântico que liberta hoje a narrativa das formas literárias mas, também, de qualquer suporte (Herman, Jahn, & Ryan, 2010: 344). Por outras palavras, “a narrativa desencadeia-se com frequência e encontra-se em diversas situações funcionais e contextos comunicacionais” (Reis, & Lopes, 2007: 271).

A crescente popularidade da narrativa, enquanto conceito, reflecte, porém, a crise epistemológica da cultura contemporânea, assumindo o espaço para a relativização e para o intrínseco questionamento sobre a verdadeira dimensão do conhecimento que nos é apresentado (Herman, Jahn, & Ryan, 2010: 344), aspecto que não podemos nesta tese ignorar e que desafiam antagonismos fortemente enraizados.

Devemos entender que reflectir sobre a *luta de narrativas* implica não só que reconheçamos a existência de um espaço de luta simbólica, onde nem narrativas, nem meios, nem agentes podem ser entendidos como detendo igual importância mas, acima de tudo, onde ressurge a discussão sobre o estatuto do *real* no discurso político e sobre a abordagem *panficcional*³³, por nós rejeitada.

³³ “The doctrine of *panfictionality* is the predominantly postmodern rejection of the traditional distinction between fiction and non-fiction in favour of a model that regards all texts, and consequently all narrative texts, as fictional (Ryan, 1997). *The linguistic argument*. Saussurian linguistics describes language as a self-enclosed, self-organising system whose categories are defined by purely differential relations rather than by positive relations to an external referent. Language consequently creates its own world, as does fiction, rather than reflecting the structure of the world. *Counter-argument*: the categories of language may shape our

Em verdade, das limitações inerentes à procura da *verdade* – ou do *real* – sobressaem questões insanáveis que derivam do facto de esta apresentar o mesmo aspecto do erro e de se encontrar não raras vezes, distribuída entre argumentos, operando num campo distinto da polarização entre o campo *real* e *ficcional*, argumentos que conduzem à percepção de que os conceitos de *objectividade/subjectividade*, ou mesmo de *verdade/mentira*, se encontram, à partida, limitados pela intangibilidade de acesso ao *real*.

No seio destas concepções não é, portanto, difícil entender a tendência pós-modernista para a *teoria panficcional*, que advoga a rejeição das distinções entre *ficcionalidade* e *factualidade*, daqui se inferindo que, à luz deste pressuposto, todos os textos se assumem como *ficcionais* (Herman, Jahn, & Ryan, 2010: 417), simplificação do carácter intrinsecamente ideológico da linguagem em que não nos revemos, precisamente porque aceitar esta teoria como justificativa da distinção entre textos *ficcionais* e *factualis* equivaleria a aceitar que todos os textos sejam igualmente válidos, uma vez que todos eles contribuem para a construção da *realidade*.

Em boa verdade, o que nos permite distanciar as narrativas *factualis* das *ficcionais* é o carácter contratualista – ou *pacto* – estabelecido tacitamente entre autor e leitor (Reis, & Lopes, 2007: 160).

Assim, podemos perscrutar que, segundo esta proposta de abordagem contratualista, a dicotomia *real/ficcional* não visa um alheamento da dimensão ontológica da linguagem de atribuição de sentido ao *real*, até porque esta questão levantaria outras problemáticas associadas: poder-se-ia então questionar até que ponto *ficções* como *1984*, ou *Animal Farm* de George Orwell seriam menos representativos da *realidade* que artigos de jornais ou mesmo obras historiográficas.

Mesmo em situações limite ou casos mais extremos, é no *pacto* que reside o garante da *factualidade* da narrativa e não necessariamente no estatuto de *verdade* que ela encerra. Trata-se, portanto, da legítima e necessária gestão das expectativas do receptor da

representation of reality, but it does not follow from the arbitrariness of linguistic signs that language creates reality in the literal sense of causing to exist. It only does so in its fictional use. *The historiographic argument*. The work of Hayden White has stressed that narrativity is the product of an act of interpretation rather than being the sort of thing that is found in the world. The employment of history, which imposes on the text structures similar to those found in literary texts, is therefore the result of a fictionalization of raw facts. *Counter-argument*: The similarities between the plot structures of fiction and history can be explained by postulating the existence of narrative cognitive models wired into the human mind, models which impart coherence and intelligibility to imagined as well as to observed and reconstructed events” (Herman, Jahn, & Ryan, 2010: 417).

mensagem, algo que apresenta repercussões também ao nível da própria definição das reacções expectáveis por parte destes. A título ilustrativo, analisemos as declarações de um Primeiro-Ministro à Assembleia da República. Imaginemos que o líder político faz uma intervenção na qual realça a vitalidade das contas públicas do seu país. O receptor pode interpretar a mensagem como questionável, *verdadeira* ou *falsa*, mas lê-la-á à luz de um contrato de *verdade*. Desta forma, o receptor assume o carácter contratual da mensagem. Mesmo quando a considera *falsa*. Com efeito, pode assumir a mensagem como a expressão da *verdade*. Pode estar consciente da parcialidade das versões que lhe são apresentadas. Pode estar céptico e considerar a mensagem como *falsa*. Parte, todavia, sempre da expectativa e do pressuposto de que existe um tácito acordo entre emissor e receptor. Não é, pois, difícil imaginar que se levante um coro de críticas na opinião pública, caso saiam a público notícias denunciando a *falsidade* das suas declarações. Esta é, pois, a expressão da frustração das expectativas assumidas pelos receptores, que confirma o pressuposto de que o conteúdo ali vertido assume um compromisso para com a *verdade*.

A grande questão que estes conceitos encerram não pode, como verificamos, dizer respeito ao estatuto da *verdade*, mas sim ao *pacto* que estabelecem com o receptor. Ou, como Richard Walsh o define, a dicotomia *ficção/factualidade* não é necessariamente ontológica mas essencialmente pragmática, já que a distinção entre ambas se opera entre propósitos comunicacionais, entre contextos de utilização (Walsh, 2006: 14).

Devemos pois entender os textos *factuais* como artefactos comunicacionais fundados num contrato estabelecido com o receptor, no sentido de o agente da enunciação adequar a sua narrativa a uma refiguração do *real*. E, na mesma linha de pensamento, devemos entender os textos *ficcionais* como um *pacto* em que se aceita a criação de um referente próprio, de um *mundo do texto*.

Este *pacto* reforça a importância do contexto comunicacional em que a narrativa se insere, situando a pragmática numa posição determinante para a tácita e implícita aceitação do *pacto* por parte do receptor.

Daqui decorre a problemática que envolve a relação entre a *ficcionalidade* e os *mass media* actuais. Até que ponto a fusão de contextos comunicacionais, com a conseqüente apropriação dos mecanismos da informação pelo entretenimento e, por seu lado, do entretenimento pela informação, não conduzem a uma crise da *ficcionalidade* e, concomitantemente, da *factualidade*?

Ora, estas duas questões, sublinham dois aspectos distintos.

O primeiro é que o esbatimento das fronteiras entre entretenimento e informação se traduzem numa desorientação do receptor que começa a ter dificuldades em perceber o que deve tomar por *factual* e aquilo que deve tomar por *ficcional*. Assiste-se, portanto, a uma quebra de confiança entre o emissor e o receptor, fragilizando-se, desta forma, a relação entre os dois extremos da cadeia comunicacional.

O segundo debate-se com o facto de se assistir, paralelamente, a uma tirania da imagem que, contrariamente à narrativa verbal, limita muito mais a criação de sentidos por parte do receptor, apartando-o da *capacidade de ficcionar*³⁴.

³⁴ Interpretação e adaptação livre do termo *capacidade de fantasmarmar*, da autoria de Julia Kristeva e retomado por Maria Augusta Babo. Esse termo não se refere a esta expressão em si mas, sim, à tirania da imagem. Remete para novas limitações à capacidade de ficcionar, aqui interpretadas de forma livre. A este respeito leia-se: "A imagem é, pois, por natureza, imperativa; e desse seu poder retiram os média todas as consequências subordinando-lhe o próprio *real*. Essa subordinação leva Henri-Pierre Jeudi a considerar: "sem ela [a imagem] nada parece poder existir". Ora, enquanto que a *ficcionalização*, em geral e na escrita em particular, passa por procedimentos de distanciação, aparentados ao sonho, a produção de imagem a partir dos dispositivos tecnológicos actuais, desde o cinema à fotografia até ao "pequeno écran", vem substituir-se ao próprio *real*. É baseado neste entendimento do poder da imagem que Georges Sebbag, crítico de cinema, constata que a *ficção* na literatura precede sempre a *ficção* cinematográfica, ou, por outras palavras, se é corrente um filme ser feito a partir de um romance, não se conhecem romances elaborados a partir de filmes, dada a imposição que a imagem uma vez realizada exerce no próprio distanciamento *ficcional* do romance. Digamos que a literatura preserva o campo dos *mundos possíveis* de cada *ficção*. Os *possíveis ficcionais* desmultiplicam-se em cada leitura, no reencontro da elaboração *ficcional* do texto com aquela que o leitor, por si, leva a cabo, no acto de leitura. Relativamente ao mesmo processo no cinema, a concretização imagética reduziria o campo dos *possíveis ficcionais*. Poderíamos, aproveitando as considerações formuladas atrás, afirmar que o *pacto de ficcionalidade*, como instaurador de um modo de leitura específico, perde a sua performatividade na *ficção* imagética? Conclusão talvez polémica, mas que certos teorizadores da subjectividade, são levados hoje a aceitar. Concordar com a ideia de que, de um modo mais incidente a televisão como média imagético por excelência, impede a *ficcionalização* e com ela os procedimentos de reelaboração simbólica, permite a Julia Kristeva defender num livro seu, que há novas patologias psíquicas e que essas patologias são o resultado directo da prepotência dos média na formação da identidade e da interioridade subjectiva do sujeito. Este tom apocalíptico é aliás partilhado por outros estudiosos, quando apelidam, como o faz Pierre Schaeffer, o áudio-visual de "ódio-visual". Um consenso na declaração da não tradutibilidade da imagem concreta pela linguagem? As imagens dos média parecem pois compactar ou dissolver de um lado o *real*, na sua impossibilidade de apreensão total, e do outro o imaginário, na sua capacidade ilimitada de fabricar *mundos possíveis*. Tudo já foi imaginado, no sentido de transformado em imagem. Se nalgum ponto Orwell se equivocou não foi certamente na importância dada ao campo da visão como controlador e instância vigilante, foi na direcção em que se dirige esse olhar. A censura não é mais um olhar que vigia, é um écran produtor de imagens das quais é impossível desviar o olhar; tal Medeia disparando o seu raio fulminador, estamos petrificados perante a catadupa de imagens emitidas em contínuo e donde não é mais possível desviar o olhar. A autora de *Les maladies de l'âme* desenvolve a tese, apoiada numa continuada observação clínica, de que nas nossas sociedades saturadamente *mass-mediatisadas* existe um défice de *ficcionalização* do sujeito. Estando os modos de representação psíquica em crise, o sujeito não *fantasma*, não desenvolve a sua elaboração *ficcional*, antes somatiza, operando-se assim uma dissociação entre o domínio do pulsional e a sua representação *fantasmática*. Tal dissociação exige a reelaboração na e pela linguagem desse imaginário forcluído. Dificuldade de representar, pois. A inibição *fantasmática* é um sintoma patológico dessa incapacidade de *ficcionalizar*, dessa incapacidade de exploração de uma competência narrativa apta a situar-se num espaço outro que o da verdade da descrição, do apego ao *real*, ou o da mentira como ocultação desse *real* e como ruptura dos constrangimentos intersubjectivos da

Estas duas questões remetem-nos para o perigo inerente à tendencial fusão destes conceitos. Este caminho, não só situa o humano num horizonte de incerteza e desorientação, como prejudica duplamente quer os *pactos de ficcionalidade*, quer os de *factualidade*.

Da mesma forma, daqui subtraímos que, embora as premissas que estão na base da defesa da *panficcionalidade* sejam altamente questionáveis, a verdade é que esta teoria aponta caminhos para a prática e para o estudo da narrativa.

Como ficou clarificado, entre a narrativa *factual* e *ficcional* advogamos não existirem diferenças ao nível estrutural³⁵. As implicações de tal entendimento encerram um novo campo de possibilidades e de tensões. Pois, se assim é, somos levados a concluir que os desenvolvimentos dos *Estudos Narrativos* no campo da análise narrativa *ficcional* podem ser validamente utilizados – com os devidos distanciamentos - no estudo da narrativa *factual*.

Esta defesa assume, assim, que para nós a narrativa é entendida à luz da premissa de Walsh, enquanto faculdade cognitiva, que se funda na percepção de que o meio narrativo é qualquer meio semiótico que permita a articulação de esquemas imagéticos cognitivos (Walsh, 2006: 1), que a narrativa enquanto faculdade cognitiva consiste no modo de articulação da informação decorrente de toda a informação, ou seja, como meio de produção de significado e de construção de estrutura mental (Walsh, 2006: 9).

É neste entendimento do processo narrativo como dinâmico e marcado na sua dimensão de faculdade cognitiva pela pragmática que se adensam as complexidades deste campo. Pois, se para nós, e à luz do cognitivismo, não é a estrutura do texto mas sim a pragmática que determina as diferentes construções de significado, não deixa de ser para nós defensável a crucial importância das teorias estruturalistas, que nesta tese revisitaremos.

Contudo, vejamos primeiramente as especificidades da *narrativa política*, enquanto objecto de luta simbólica. Ora, na *luta de narrativas*, operada tanto no campo das narrativas *factuais* como *ficcionais*, o combate configura-se em torno da afirmação das

comunicação. A *ficcionalização* é um jogo de linguagem, neste aspecto em que desrealiza o *real* e exige um processo intersubjectivo para se produzir, exige a presença do outro, a sua aceitação das regras do jogo, e nisso se distancia do puro *fantasma* individual que assola o sujeito nos processos patológicos. O consumidor do "ódio-visual" sofre, por isso, segundo Kristeva, de uma inibição de *fantasmar*. Na incapacidade de imaginar, somatiza, inscreve a pulsão no corpo, sob as mais diversas variantes - pequenas alterações orgânicas e biológicas (Augusta Babo, 1996: 8)

³⁵ Nem micro, nem macro estrutural, fazendo-se uso dos conceitos de estrutura de Van Dijk (1998).

diferentes narrativas face às demais, o que nos remete para os critérios de eficácia narrativa.

Schill, resume o paradigma proposto por Bennett para a criação da construção de uma mensagem política eficaz, apontando quatro fases fundamentais na definição de uma narrativa bem-sucedida. A primeira passa pela *composição de uma narrativa simples*, que a audiência possa usar no seu pensamento acerca do assunto político. A segunda implica a *saturação dos canais de comunicação* com a mensagem pretendida, por forma a ganhar vantagem sobre as mensagens competidoras. A terceira passa pela capacidade de *criação de um contexto de credibilidade* em torno da mensagem. E, por fim, na *transmissão da mensagem, orientada para as necessidades e especificidades dos meios*. (Schill, 2009: 5).

Como observamos, o sucesso da transmissão da mensagem política é decisivamente marcado quer pelos aspectos técnicos de transmissão da mensagem, quer pela natureza, conteúdo e forma desta. Esta consideração é decisiva, uma vez que o elemento crítico da luta política se prende, precisamente, com a construção do significado, seja este sobre políticas, eventos, líderes ou problemas (Edelman, 1988: 104).

Dada a ecologia mediática em que operam, as *narrativas políticas* assumem, como vimos, um carácter fragmentário e descontínuo, algo que remete para a complexidade da aplicação eficaz das premissas de Bennett, resumidas por Schill. Daqui decorre que, dada a falta de linearidade, não só é impossível mapear o surgimento de uma *narrativa política*³⁶ como, da mesma forma, se torna impossível mapear o processo de construção do conhecimento de cada receptor. Marcadas pelo *real*. Sem princípio, nem fim. Escritas a várias mãos pelos infindáveis agentes envolvidos no processo comunicacional. Disseminadas pelos incontáveis meios de transmissão da mensagem.

As *narrativas políticas* são, assim, narrativas com características hipertextuais³⁷, apresentando uma infinidade de caminhos possíveis para a construção do significado por parte do receptor, caminhos esses que parecem adensar-se e complexificar-se com os constantes avanços tecnológicos.

³⁶ Se é que algum dia o foi, tendo em conta a postulação de Barthes da *memória segunda das palavras* (Barthes, 2006: 19).

³⁷ “A collection of texts or texto fragmentss interconnected by links that afford a choice of Reading orders” (Herman, Jahn, & Ryan, 2010: 229).

Como vislumbramos na obra de Castells, as mudanças técnicas têm contribuído decisivamente para a complexificação dos processos de construção de narrativas eficazes. A proliferação de meios de comunicação e a possibilidade de surgimento de um infindável número de actores não-convencionais na arena comunicacional³⁸ têm marcado as estratégias narrativas utilizadas.

Uma vez que os diferentes actores da arena comunicacional tenderão a produzir narrativas – sejam elas diferentes ou similares – torna-se fundamental a contínua adaptação e refinamento das *narrativas políticas* existentes e em digladição.

Definir *narrativa política* é, assim, por natureza, uma tarefa difícil. Este conceito é hoje usado regularmente sem que haja ainda uma efectiva conceptualização ou definição consistente do mesmo. E tal é de fácil compreensão dadas as dificuldades metodológicas de circunscrição do que pretendemos categorizar com o termo em apreço.

Quando falamos de *narrativas políticas* podemos referir-nos ao pensamento e posicionamento político da linguagem ou, por outro lado, à expressão do nosso pensamento sobre a actividade política propriamente dita. Porém, em boa verdade, não são todas as narrativas eminentemente políticas³⁹? Sintetizando o dilema, se considerarmos que todas as narrativas são políticas, que espaço resta para uma conceptualização do termo da *narrativa política*?

As narrativas são eminentemente políticas, mesmo as que negam o seu próprio carácter político. Seja qual for a linguagem usada, o sistema semiótico de suporte, ou a plataforma de transmissão, a narrativa possuirá sempre essa particularidade. As narrativas seleccionam, excluem, catalogam, dão visibilidade, apagam. São a expressão de um pensamento, de uma ideologia, mesmo quando de tal não nos apercebemos. Fica assim claro que a definição de *narrativa política* não pode, pois, alicerçar-se nesta dicotomia. Não é, pois, um conceito que seja operável no isolamento do campo da política, principalmente quando esta palavra surge tão declaradamente marcada pelos seus usos anteriores⁴⁰.

³⁸ Fruto da denominada *autocomunicação de massas*.

³⁹ Leia-se o termo de forma abrangente, incorporando o conceito de ideologia.

⁴⁰ Regressemos, novamente, ao *Grau Zero da Escrita*, de Barthes.

Da mesma forma, não pode alicerçar-se numa categorização dependente do seu emissor ou receptor. Seja um jornalista, um deputado, um jovem sem capacidade eleitoral, todos eles têm a capacidade de produzir *narrativas políticas* pois todos eles são actores políticos.

Sem capacidade de balizamento do termo quanto ao conteúdo, sem possibilidade de redução do termo à natureza do emissor ou do receptor, sem possibilidade de restrição do meio utilizado, sem possibilidade de a individualizar em função de uma narrativa factual ou ficcional, que espaço resta, então, para uma conceptualização coerente?

O termo *narrativa política* é, pois, extraordinariamente abrangente e de difícil definição. É um conceito que aponta muito mais sobre o foco e o enquadramento à luz da qual ela pretende ser abordada do que sobre as suas características específicas.

Dada a abordagem macroestrutural que pretenderemos imprimir neste estudo, iremos percepciona-la à luz da sua relação com a ecologia mediática em que se insere. Apresentamos, assim, uma abordagem explicativa exploratória que, evidenciando as falhas inerentes a um termo de espinhosa categorização, assuma a polinização da *comunicação política e teoria narrativa*.

Assim, encará-la-emos como uma narrativa que pode operar tanto dentro do campo do ficcional como do factual e que se pauta pela conflitualidade. Esta é marcada pelo dinamismo de uma construção contínua, na qual interferem uma multiplicidade incontável de agentes. Fragmentária e não linear, sem início e sem fim, esta narrativa projecta o infinito, quer na apresentação dos caminhos possíveis na sua construção, quer nos meios para o fazer.

É neste espaço que se criam e projectam as representações do político, exploradas em maior detalhe nos dois capítulos seguintes, à luz de um entendimento harmonizado dos diversos contributos para os *Estudos Narrativos* e da obra *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os dias*, de Erving Goffman.

Capítulo III

Da Teoria da Personagem

Na análise das *narrativas políticas* há a tendência para um resvalar na precisão metodológica que deriva da frequente dificuldade de circunscrição de um dos objectos de estudo centrais, já que o estudo da representação do político – ou do político enquanto representação – tem merecido diversos contributos que, contudo, incorrem na mistificação de signo e significante ou, por outras palavras, do político e da sua representação⁴¹.

Esta situação é em tudo semelhante ao que Carlos Reis enuncia como “extremo de saturação semiósica” (Reis, 2005: 136) ocorre como consequência da “lexicalização da figura” ou, por outras palavras, como «perda da consciência de que a figura funciona como tal” (Reis, 2005: 136). Como o próprio avança, esta “naturalização da personagem” (Reis, 2005: 137) acrescenta um esforço adicional de abstracção merecedor de nota:

“A relevância da personagem como categoria central da narrativa implica, no processo de recepção (incluindo-se nele, como é evidente, a análise da narrativa), quase um esforço suplementar para se ler a personagem como figura significativa, tão familiar e por assim dizer «lexicalizada» ela se tornou” (Reis, 2005: 137).

É à luz destas reflexões de Carlos Reis – que, embora sendo referentes a uma reflexão sobre a personagem ficcional⁴², nos parecem passíveis de adequação à nossa reflexão⁴³ – que alicerçamos o nosso entendimento de fundo sobre a relevância da análise que propomos do político enquanto representação.

Ora, o político enquanto representação, por nós entendido à luz dos estudos da *teoria da personagem*, merece nesta tese a consideração de que a circunscrição deste objecto de estudo passa, precisamente, pela efectiva clarificação da sua condição na *narrativa política*

⁴¹ Entende-se que o estudo de *narrativas políticas* deve compreender uma percepção do político à luz da *teoria da personagem*, entendida como área de estudo favorável a abordagens interdisciplinares e transdisciplinares. Em bom rigor, é sobre esse objecto que especificamente se debruçam as análises.

⁴² “No presente texto, procede-se a uma reflexão em torno da categoria personagem, ponderada em função dos procedimentos narrativos que a instituem como personagem ficcional” (Reis, 2005: 131).

⁴³ Enquadre-se este entendimento ancorado na nossa percepção de que entre narrativas *factuais* e *ficcionais* não existem diferenças ontológicas mas, sim, diferenças ao nível do *pacto* estabelecido. Relembre-se ainda a nossa defesa da estrutura como *grau zero* da pragmática, leitura feita à luz de um enquadramento da narrativa enquanto faculdade cognitiva, conforme capítulo anterior.

mas, também, da consideração das especificidades decorrentes da condição simultânea de representação condicionada a um referente com existência *real*, inserido numa narrativa conflitual, transmedial, transtextual e hipertextual.

Para esta tese foram determinantes os caminhos apontados pelos diversos avanços dos *Estudos Narrativos* na *teoria da personagem*, hodiernamente desinvestida de uma concepção estritamente literária (Hamon, 1972: 87), de uma concepção exclusivamente antropomórfica e figurativa (Hamon, 1972: 87) ou mesmo de uma ligação a um sistema semiótico exclusivo (Hamon, 1972: 88), algo que a coloca hoje bem mais distante de algumas das limitações a que se vira submetida anteriormente.

Baseados nestes contributos significativamente libertadores e em esforços harmonizadores anteriores, consideramos ser possível que, à luz das asserções anteriormente feitas, possamos não só estudar a *personagem* de forma mais livre como, também, afirmar que, a partir da defesa de que a estrutura das narrativas *factuais* e *ficcionais* é fundamentalmente a mesma, é possível a destruição de algumas barreiras que nos permitem um olhar mais descomprometido da *teoria da personagem*.

Entendendo nós as narrativas como mecanismos de construção de significado⁴⁴ e assumindo estas as mais diversas expressões, torna-se relevante problematizar o seu funcionamento e estrutura. Entendendo-se que o factor diferenciador entre a narrativa *factual* e a *ficcional* é o *pacto* estabelecido com o leitor e não qualquer questão estrutural, compreende-se que a *teoria da personagem* não encontra barreiras estruturais nas mecânicas de funcionamento entre narrativas *factuais* e *ficcionais*.

Sem limitações *a priori*⁴⁵, podemos assim fazer uso ora dos avanços teóricos fundados na teoria ficcional ora na teoria factual e adaptá-los mutuamente, sem prejuízo de um acautelamento das especificidades próprias de cada narrativa, da ordem da pragmática.

A congruência do esforço de valorização dos factores de proximidade entre o mundo *factual* e *ficcional* congregam para a necessidade de articulação entre diversas ciências que abordam a mesma temática de diferentes ângulos.

⁴⁴ Expressão que podemos enquadrar na nossa defesa da narrativa enquanto faculdade cognitiva.

⁴⁵ Leia-se não só como referência a possíveis entendimentos de diferenças estruturais entre narrativas *factuais* e *ficcionais* – que não partilhamos – ou concepção de uma *teoria da personagem* limitada por teorização unicamente arreigada a conceptualização literária ou unicamente arreigada a sistema semiótico específico.

Independentemente dos recursos e discussões teóricas, a *personagem* constitui-se como um elemento crucial, “em torno do qual gira a acção e em função do qual se organiza a economia da narrativa” (Reis & Lopes, 2007: 314).

Não indo tão longe como John Wood, que ironicamente assume “não saber ao certo o que é uma personagem” (Wood, 2010: 125), a verdade é que este é “provavelmente, o mais problemático e menos teorizado das categorias básicas da teoria narrativa” (Frow, 1986: 227). Este foi – e é – objecto de diversas discussões que opõem os contributos estruturalistas aos contributos humanistas, justificação mais que suficiente para merecer neste trabalho uma genérica referência a este diferendo que, nas viscerais palavras de John Wood, tem sido alvo de “muitos disparates”, escritos “do lado daqueles que acreditam demasiado nas personagens e do lado daqueles que acreditam pouco” (Wood, 2010: 119).

Pessoalmente entendida como mais conceptual que realmente dicotómica, esta discussão parece-nos encontrar na conciliação das duas correntes a real expressão de cada uma das perspectivas. Pois, como veremos à frente, a plena dimensão psicológica de cada personagem só ganha sentido no acolhimento da complexidade da interacção humana e na aceitação da *personagem* enquanto fragmento do *eu*⁴⁶.

A *Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias* é, neste aspecto, categórica. O *eu socializado*⁴⁷, na sua dimensão psicológica, está intimamente ligado ao contexto em que se insere, seja pela definição das *zonas de bastidores*⁴⁸, seja pela capacidade de administrar impressões e adaptar desempenhos consoante as *zonas de fachada*⁴⁹. Ou seja, a interacção,

⁴⁶ Distanciar-nos-emos, nesta tese, do entendimento de *eu* apresentado por Goffman. Contudo, leia-se na obra de Erving Goffman: “ao analisar o *eu*, afastamo-nos assim do seu titular, da pessoa que com ele perde ou ganha, uma vez que esta e o seu corpo se limitam a fornecer o cabide no qual ficará pendurado por algum tempo qualquer coisa que resulta de uma produção comum” (Goffman, 1993: 295). Entenderemos nesta tese o *eu* como expressão intangível que acolhe todas as possíveis dimensões do *eu socializado*.

⁴⁷ Esta expressão difere de *eu desempenhado*. Cruze-se a seguinte expressão “o *eu*, portanto, enquanto *personagem desempenhada*” (Goffman, 1993: 294) com “o *eu desempenhado* foi considerado como uma espécie de imagem, geralmente credível, que o indivíduo, com o seu palco e com a sua personagem, tenta fazer com que os outros vejam nele” (Goffman, 1993: 294). Ou seja, pode ser genericamente entendido como *máscara* intencional do *actor*.

⁴⁸ “Quando a actividade de um indivíduo se verifica na presença de outros, alguns aspectos dessa actividade serão expressivamente acentuados, ao passo que outros aspectos, susceptíveis de comprometer a impressão visada, serão suprimidos. É evidente que os factos sublinhados pelo actor são expostos naquilo a que chamei uma região de *fachada*; deveria ser igualmente evidente a possibilidade da existência de outra região – uma região de *traseiras* ou *bastidores* – na qual reapareçam os aspectos suprimidos da actividade em causa. Uma região de *traseiras* ou *bastidores* será definida como um lugar, ligado a certo *desempenho*, onde as impressões visadas por esse mesmo *desempenho* são contrariadas conscientemente com toda a naturalidade” (Goffman, 1993: 135).

⁴⁹ “Tenho vindo a usar o termo *desempenho* para designar qualquer actividade de um indivíduo que se verifique durante um período marcado pela sua presença contínua perante um conjunto determinado de observadores e com alguma influência sobre estes. Será conveniente rotular como *fachada* essa parte do

“grosseiramente definida como a influência recíproca dos indivíduos sobre as acções uns dos outros numa situação de presença física imediata” (Goffman, 1993: 27), aponta para o facto de os comportamentos e acções dos actores dependerem intrinsecamente da sua condição actancial⁵⁰. Ou seja, a acção desempenhada nas interacções sociais é sempre fruto do actor mas, também, do contexto em que este se insere.

Por outras palavras: se a expressão da individualidade depende da relação com o outro, se o *eu* na sua interacção – *eu* para Goffman, *eu socializado*⁵¹ nesta dissertação – é moldado pelo contexto das suas acções, podemos inferir que a condição actancial do actor molda e determina a nossa percepção sobre o ser em análise⁵². Assim, a sua interacção em determinada acção de determinado quadro é já fruto da adaptação do seu comportamento ao facto de estar perante mais actores em condições actanciais semelhantes ou distintas.

Mais concretamente, em sociedade, o *eu socializado*, investido nas suas diversas funções actanciais, molda e é moldado pelo contexto que o rodeia. Não há, pois, real dimensão psicológica do *eu* desinvestida da sua condição actancial, pois é nela – na interacção *lato senso* – que o *indivíduo* encontra os seus referenciais que lhe permitem construir-se como imagem de si próprio.

Por este mesmo motivo podemos, a título exemplificativo, compreender também determinadas questões relacionadas com a dimensão contextual que deriva dos cargos de influência. Assim se compreende também que o ser humano, na sua plenitude, seja considerado detentor de características que são essencialmente determinadas pelo meio em que se insere. O *eu socializado* afirma-se como construção na relação com o outro,

desempenho do indivíduo que funciona regularmente de maneira genérica e fixa a fim de definir a situação para os que observam o *desempenho*. A *fachada*, portanto, é o equipamento expressivo de tipo padronizado, empregue intencional ou inconscientemente pelo indivíduo durante o seu *desempenho*” (Goffman, 1993: 34).

⁵⁰ Expressão *actancial* parte da recuperação da exposição teórica estruturalista do campo da narrativa para adaptação livre a análise da realidade social. Veja-se a este respeito a seguinte asserção: “uma cena correctamente encenada e desempenhada leva a audiência a imputar um *eu* a uma *personagem desempenhada*, mas essa imputação – esse *eu* – é um produto da cena apresentada e não a sua causa” (Goffman, 1993: 295). Ou seja, o *eu* – nesta dissertação entendido como *eu socializado* – é fruto da acção.

⁵¹ Distanciamos novamente este termo de *eu desempenhado*. A este distanciamento acrescentamos o distanciamento de *eu projectado*. Veja-se a seguinte citação: “as audiências tendem a aceitar o *eu projectado* pelo actor individual durante qualquer *desempenho* habitual, como um representante responsável do seu grupo de colegas, da sua equipa e da sua organização social” (Goffman, 1993: 284). Embora esta passagem se atenha a referir situação hipotética possível, destaca-se o entendimento de que *eu projectado* se refere a imagem que, enquanto actor, o *eu socializado* – usando a terminologia por nós adoptada nesta dissertação – cria nos *eu socializados* investidos da função actancial de espectador. *Eu socializado* é, assim, neste trabalho, entendido como aquilo que Goffman entende como *eu* em processo de interacção.

⁵² Fazendo uso de todo o rigor metodológico deveremos entender a expressão *ser em análise* como *eu socializado*. Clarificação aborda a distinção entre *eu socializado* e *indivíduo*, ou por outras palavras, a distinção entre actor e actante.

investido de atributos específicos que mais não são que características decorrentes do processo de interacção.

Esta é, aliás, uma perspectiva altamente consonante com a perspectiva de Castells sobre *o poder*. Vejamos o caso de um político influente na opinião pública que dentro de um partido pode ser pouco influente, da mesma forma que um político com grande acolhimento junto da opinião pública pode ser pouco influente dentro de determinado partido. Na realidade, todas estas questões derivam fundamentalmente do facto de *o poder* se constituir como “capacidade relacional que permite ao actor social influenciar de forma assimétrica as decisões dos outros actores sociais” (Castells, 2013: 41), o que significa que “o poder não é um atributo mas sim uma relação” (Castells, 2013: 41).

Daqui podemos entender que o ser humano vive não só da posse de qualidades mas, também, da capacidade de se situar e de se adaptar a contextos diferentes. E, tal como na publicidade, vive da capacidade de saber tirar o partido das suas capacidades específicas, inseridas em contexto específico. Por isto mesmo acreditamos não fazer sentido individualizar as teorias psicologizantes e estruturalistas, uma vez que as análises puras não são nem desejáveis nem efectivamente possíveis.

Os excessos psicologizantes da análise da personagem virão a ser contrapostos pelas escola estruturalista, em trabalhos avançados por diversos autores. Será da corrente estruturalista que, através de Greimas em 1966, surge o conceito de actante⁵³ e um novo enfoque nas funções desempenhadas pelas *personagens* na narrativa.

Um actante é pois “um conceito subordinado ao verbo, no quadro da estrutura sintáctica da frase” que pode “objectivar-se, ao nível da manifestação discursiva, por uma série de entidades susceptíveis de individuação, os actores” (Reis & Lopes, 2007: 18). Assim, podemos assistir a relações de isomorfismo (um actor – um actante), sincretismo (um actor – vários actantes) e de desmultiplicação (vários actores – um actante).

O actor é, pois, “o local onde a sintaxe narrativa se articula com a componente semântica”. Este pode ser uma entidade figurativa – com existência concreta – ou não figurativa – abstracta –, podendo assumir-se como individual ou colectivo⁵⁴ (Reis & Lopes, 2007: 21).

⁵³ “Conceito teórico e operatório introduzido por Greimas (1996) no domínio da narratologia” (Reis & Lopes, 2007: 18).

⁵⁴ Entenda-se *actor* como: “termo que substitui, no aparelho conceptual greimasiano, a designação tradicional de *personagem*, excessivamente conotada com valores psicológicos e morais de raiz antropomórfica. Actor e

Longe da “abdição de todo o rigor para o recurso ao psicologismo mais banal” (Hamon, 1972: 86), Hamon vai mais longe e esboça a harmonização da *teoria da personagem*,  luz de um sistema semiotico coerente no seu “Pour un Statut Semiologique du Personnage”, texto que, apesar de escrito há mais de 40 anos, mantm o seu estatuto de referência. Assim, para Hamon, para além da dissociação da sua teorização de uma noção exclusivamente literária ou da sujeição a um sistema semiotico exclusivo, a personagem erige-se e define-se em torno de critérios fundamentais, que vão do seu significante aos processos de construção do seu significado. Com efeito, o significante da personagem – seja escrito, auditivo ou visual – assume características descontínuas não necessariamente homogneas mas, também, dotadas de heterogeneidade, condição que influencia de antemão a percepção dos próprios signos envolvidos no jogo semiotico⁵⁵ (Hamon, 1972: 96). Uma *personagem* P1 pode, com efeito, ser simultaneamente designada por «menino P1», «senhor P1» ou «P1», operando-se significativas mudanças na interpretação conferida aos signos envolvidos, em virtude de simples nuances na utilização de diferentes significantes para a mesma *personagem*.

Assim, compreende-se que Hamon postule a interação como determinante do significado, explicando que a personagem  constituída não são pela repetição de marcas textuais, fonéticas ou verbais (Hamon, 1972: 99) mas, essencialmente, pela diferenciação operada entre os signos de nível hierárquico semelhante no mesmo sistema semiotico e pela sua própria inserção num modelo semiotico global (Hamon, 1972: 99).

Este contraponto, entendido não são através de critérios puramente quantitativos – através da redundância e da repetição – mas, também, através de critérios qualitativos, definidos pela constituo de parâmetros distintivos dos graus de qualificação das *personagens*⁵⁶ (Hamon, 1972: 102), remete para uma assimetria na eficácia da caracterização da *personagem*.

actante são conceitos correlatos: o actante é uma unidade do plano semionarrativo que vai ser concretizada, no plano discursivo, pelo(s) actor(es), unidade lexical de tipo nominal cujo conteúdo mínimo é o sema de individualização.” (Reis & Lopes, 2007: 21). Este pode ser uma entidade figurativa: “o actor pode ser uma entidade figurativa (antropomórfica ou zoomórfica)” (Reis & Lopes, 2007: 21). Pode ainda assumir-se como entidade não figurativa: “o destino, por exemplo” (Reis & Lopes, 2007: 21).

⁵⁵ “Le personnage est représenté sur la scne du texte par un signifiant discontinu: je/ me/ moi, pour un personnage-narrateur anonyme; il/ Julien Sorel/ le jeune homme/ notre héros /, etc., pour un personnage ordinaire de roman. Ces constituants feront partie d’un paradigme grammaticalement homogène (je/ me/ moi) ou hétérogène (Julien/ notre héros ...), sémiologiquement homogène (uniquement des signes linguistiques arbitraires doublement articules) ou hétérogène (combinaisons de signes linguistiques et d’icnes, par exemple, dans le cas d’une bande dessinée, ou d’un livre illustr)” (Hamon, 1972: 97).

⁵⁶ Vejam-se a este respeito as seguintes noções, intencionalmente não abordadas neste trabalho: *qualificação única*, *qualificação recorrente*, *acto funcional único*, *acto funcional reiterado* (Hamon, 1972: 102).

É à luz da sua “qualificação diferencial”⁵⁷ (Hamon, 1972: 90), da sua “distribuição diferencial”⁵⁸ (Hamon, 1972: 91), da sua “autonomia diferencial”⁵⁹ (Hamon, 1972: 91) e da sua “funcionalidade diferencial”⁶⁰ (Hamon, 1972: 93) que Hamon responde à ambiguidade do texto e dos públicos, advogando a eficácia da construção da personagem por contraponto.

Será na prevalência da dimensão actancial na afirmação da *personagem* que Hamon acabará por estabelecer a polarização como mecanismo de construção do herói. De forma mais concreta, Hamon assume que “ce qui différencie un personnage P1 d’un personnage P2, c’est son mode de relation avec les autres personnages” (Hamon, 1972: 99), o que remete para o facto de a verdadeira afirmação da personagem surgir sempre do contraponto – mais ou menos explícito.

Não devemos, pois, encarar as perspectivas estruturalistas e psicologizantes como totalmente incompatíveis, pois alertam para duas questões substancialmente distintas e complementares: a função desempenhada pela *personagem* na narrativa e o seu conteúdo psicológico-moral, indissociáveis e isoladamente inconsistentes.

Apesar de tudo, como o afirmara Vítor Manuel de Aguiar e Silva, “o termo personagem, com uma longa tradição na literatura, no teatro, nas artes plásticas e no cinema, pode e deve continuar a ser utilizado em narratologia” (Silva, 1982: 662). Contudo, mesmo se para Vítor Manuel de Aguiar e Silva “à designação e ao conceito de personagem subjaz um conteúdo psicológico-moral” (Silva, 1982: 655), tal não constitui em si algo que possa ser

⁵⁷ “Le personnage sert de support à un certain nombre de qualifications que ne possèdent pas, ou que possèdent à un degré moindre, les autres personnages de l’oeuvre” (Hamon, 1972: 90). Sublinhem-se neste ponto, a título de exemplo, as seguintes oposições: “leitmotiv – pas de leitmotiv; en relation amoureuse avec un personnage féminin central (heroïne) – sans relations amoureuses déterminées” (Hamon, 1972: 91). Simplificadamente entendível como comparativo implícito ou explícito das formas de qualificação da *personagem* face às demais.

⁵⁸ “Il s’agit là d’un mode d’accentuation purement quantitatif et tactique” (Hamon, 1972: 91). Vejam-se a título de exemplo as seguintes oposições: “apparition fréquente – apparition unique ou épisodique” (Hamon, 1972: 91). Simplificadamente entendível como comparativo implícito das diferentes formas de aparição na narrativa.

⁵⁹ “Certains personnages apparaissent toujours en compagnie d’un ou de plusieurs autres personnages, en groupes fixes à implication bilatérale (P1 » P2 et P2 » P1), alors que les héros apparaît seul, ou conjoint avec n’importe quel autre personnage” (Hamon, 1972: 92). Simplificadamente entendível como comparativo implícito do grau de autonomia. Veja-se a este exemplo, e na linha do exemplo dado no artigo em análise, uma personagem investida da condição de *noivo*, algo que pressuporá, necessariamente, o condicionamento face a outra personagem.

⁶⁰ “Le héros est ici, en quelque sorte, enregistré comme tel à partir d’un corpus determine, et a posteriori” (Hamon, 1972: 93). Simplificadamente entendível como comparativo implícito das diferentes funções desempenhadas pelos diferentes personagens.

advogado contra o uso deste termo nem, a nosso ver, algo que justifique, por si só, a negação do estruturalismo no estudo da *personagem*.

Ora, a obra de Erving Goffman importa muitas das discussões anteriores. Da perspectiva psicologizante à perspectiva estruturalista. Da condição activa e dinâmica de observador e observado. Da tensão entre o *eu projectado* e o *eu desempenhado*. Do conflito entre a vida *real* e o *palco*.

A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias, de Erving Goffman, datado de 1959, faz uso das perspectivas e princípios da representação teatral para caracterizar os mecanismos de interacção humana, tomados anteriormente como centrais na definição da *personagem*. *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias* é, pois, de fundamental relevância para este ensaio, pois do seu estudo aflora – ainda que numa fase bastante tardia à sua leitura – a ideia de cruzar as diversas perspectivas da teoria da *personagem* na análise de fenómenos sociais.

É precisamente do simultâneo cruzamento da premissa da imutabilidade da estrutura da narrativa, independentemente do seu carácter *factual* ou *ficcional*, com a premissa de que a interacção humana pode ser entendida à luz da metaforização dramaturgica que se constrói esta tese.

Como é evidente, da transposição da metáfora dramaturgica para a interacção humana diária decorrem evidentes *nuances* que importa acautelar. Seja pelo grau de espontaneidade e imprevisibilidade acrescidos⁶¹, seja pelo facto de, na vida *real*, todo o actor⁶² ser simultaneamente actor e audiência⁶³ (Goffman, 1993: 9).

Neste seguimento importa focar alguns pontos fundamentais norteadores da obra de Goffman, como a interacção e o meta-pensamento⁶⁴ como elementos dinâmicos norteadores da construção contínua da *personagem*.

Por outras palavras: é da interacção com terceiros e da nossa percepção do outro que ajustamos o nosso comportamento às diferentes situações, influenciando, assim, a

⁶¹ Na vida *real*, entenda-se.

⁶² Clarifique-se. O actor – aqui entendido como alguém no desempenho dramaturgico e não enquanto função actancial – encontra-se investido das funções actanciais de actor e audiência. Neste caso, o significante *actor* refere-se a dois entendimentos distintos: actor de uma peça de teatro e função actancial de actor.

⁶³ Apontamos assim para o facto de que a dimensão do actor enquanto metáfora de partida da analogia do palco à *realidade* social estabelece um significado mais limitado. Recordamos, assim, que o palco surge como metaforização de funções actanciais distintas, presentes num mesmo indivíduo.

⁶⁴ Entendido como o pensamento em função de alguém que pensa em função do que pensamos.

personagem que os outros perceberão. É neste jogo contínuo, simultâneo e ininterrupto que se desenrola a interação humana, num jogo altamente complexo e mimético. É neste “ciclo potencialmente indefinido de simulação, descoberta, falsas revelações e redescobertas” (Goffman, 1993: 19) que se constrói a *realidade* social.

Num processo informativo assimétrico em que se sugere que o *eu socializado* é mais bem-sucedido na sua condição actancial de espectador do que na de actor⁶⁵ (Goffman, 1993: 19), a irónica subtilidade da interacção humana encontra-se no facto de ser impossível ao ser humano demitir-se da sua condição de actor. Em boa verdade, mesmo que o ser humano se demita da sua capacidade de perceber os outros, este não poderá nunca demitir-se da sua capacidade de comunicar, “por muito passivo que pareça o seu papel” (Goffman, 1993: 20).

Fazendo uso da imagem da mitologia narcísica⁶⁶, tornar-se-ia porventura inoportuno ao ser humano o seu confronto consigo mesmo. Por mais que queira é impossível ao ser humano perceber-se a si próprio⁶⁷, pois ele é apenas um pequeno fragmento de si mesmo. Construído na relação com os outros, o ser humano será sempre incapaz de se conhecer em todas as suas dimensões e realidades⁶⁸.

A melhor reflexão⁶⁹ sobre esta tensão vem, porventura, do *Livro do Desassossego* da autoria de Bernardo Soares, heterónimo de Fernando Pessoa, escrita não só com a gravidade de quem toma consciência da condição humana, mas também com o simbolismo de quem viveu e escreveu sobre a capa do seu *eu* estilhaçado.

⁶⁵ “A este propósito gostaria apenas de acrescentar a título de sugestão que a arte de penetrar no esforço calculado de existir um comportamento não intencional por parte do indivíduo parece mais desenvolvida do que a nossa capacidade de manipulação do comportamento próprio, de tal maneira que, seja qual for a fase alcançada pelo jogo da informação, a testemunha estará provavelmente em vantagem sobre o actor, e a assimetria inicial do processo de comunicação continuará a ser o quadro mais frequente” (Goffman, 1993: 19).

⁶⁶ Relembre-se o mito grego referente a Narciso que, dotado de beleza excepcional, nunca poderia fitar-se no seu reflexo. Esta será, aliás, a causa da sua morte. Embevecido com o seu reflexo na água, afogar-se-á, deslumbrado com a sua imagem.

⁶⁷ Abramos aqui espaço para referência à capa deste trabalho, adaptada da obra *La Reproduction Interdite*, datada de 1937 e da autoria de René Magritte (Paquet, 1995: 15). A esta interpretação poderão ser adicionadas tantas outras: sejam a incapacidade narcísica de nos fitarmos de frente ou a simples incapacidade de nos percebermos para além do confronto com o olhar do meio com que interagimos. Mais do que a resposta atraem-nos neste trabalho de Magritte as questões que levanta e o processo de reflexão decorrente da observação do mesmo.

⁶⁸ Como referimos posteriormente neste trabalho, para tal seria necessário ser dotado do dom da omnisciência.

⁶⁹ Assuma-se o risco deste qualificativo.

“perco-me, às vezes, numa imaginação fútil de que espécie de gente serei para os que me vêem, como é a minha voz, que tipo de figura deixo escrita na memória involuntária dos outros, de que maneira os meus gestos, as minhas palavras, a minha vida aparente, se gravam nas retinas da interpretação alheia. Não consegui nunca ver-me de fora. Não há espelho que nos dê a nós como foras, porque não há espelho que nos tire de nós mesmos. Era precisa outra alma, outra colocação do olhar e do pensar. Se eu fosse actor prolongado de cinema, ou gravasse em discos audíveis a minha voz alta, estou certo que do mesmo modo ficaria longe de saber o que sou do lado de lá, pois, queira o que queira, grave-se o que de mim se grave, estou sempre aqui dentro, na quinta de muros altos da minha consciência de mim” (Soares, 2009: 33).

Esta passagem do *Livro do Desassossego* releva a pertinência não só da aplicação da *teoria da personagem* a contextos mais abrangentes mas também da variedade de abordagens teóricas do estudo da *personagem*.

Como já vimos nesta dissertação, entendemos o termo *personagem* como uma noção, nem exclusivamente literária, nem exclusivamente ligada a apenas um sistema semiótico. E, de igual forma, reconhecemos que a sua análise está recorrentemente refém de uma confusão entre representação e *real*, problema que encontra ecos na expressão do próprio ponto de partida deste trabalho. Com efeito, embora uma conceptualização da *personagem* não possa existir sem pensar o indivíduo, não existe uma correspondência entre pessoa e *personagem*.

Uma das abordagens ensaiadas neste cômputo e que tenta lidar com esta difícil relação em narrativas onde tal se torna mais equívoco parte precisamente da introdução do conceito de *personagem jornalística*, que dá resposta a algumas das questões por nós anteriormente levantadas e que introduz algumas abordagens de ordem pragmática, uma vez que a aplicação do conceito de *personagem* ao jornalismo apresenta algumas particularidades – que se articulam muito directamente com a teorização proposta por Goffman.

Inserida numa narrativa *factual*, aqui a *personagem* “representa idealmente um ser humano, identificado, com existência real” (Mesquita, 2004: 134). A *personagem jornalística* caracteriza-se pela sua simplicidade. Também ela refigurada pelo seu autor, encontra-se condicionada por aquilo que o jornalista conhece do *real* e pela selecção que este faz dos seus elementos, condicionada também pelo género e pelas características do órgão de comunicação em questão.

Como Hamon referira, embora a *personagem* não seja a pessoa, o facto é que, neste tipo de narrativa, há uma maior tendência para fazer coincidir estes dois termos. Contudo, onde as dificuldades se adensam é precisamente na intersecção das diferentes acepções dos mesmos termos *personagem*, *eu exibido* e *eu* que, nas mais diferentes abordagens apresentam as mais diversas configurações.

Ora, no estudo da *personagem* – seja ela jornalística ou não – encontramos inúmeras barreiras, dentro das quais se destacam as dificuldades de harmonizar as diferentes percepções dos diferentes limites do conceito numa teoria.

De facto, um dos problemas com que nos deparamos, não raras vezes, parte do facto de o termo *personagem* servir para designar coisas muito diferentes, o que traz grandes dificuldades a uma real percepção das questões em estudo. É notório que o estudo da *personagem* se encontra inevitavelmente marcado pela dificuldade de definição do próprio termo, acometido por distintas camadas de usos e significados. Seja em Goffman, no senso comum⁷⁰ ou mesmo nos *Estudos Narrativos*, o campo de usos do termo é substancialmente alargado e particularmente propenso à mistificação e confusão de termos.

Com a natural consequência de propiciar imprecisões metodológicas várias, as diferentes utilizações do termo *personagem* contribuem também para uma considerável dificuldade de circunscrever o seu estudo, algo que se agrava na situação concreta em que a *personagem* pode corresponder a uma pessoa *real*.

Procuremos assim nestas páginas destrinçar alguns dos diferentes significados desta palavra e isolá-los à luz de terminologias distintas⁷¹. A desconstrução destes termos em virtude dos diferentes significados e entendimentos atribuídos aos termos encontra neste esforço também a procura de obtenção de uma harmonização da linguagem a empregar nesta dissertação, conferindo-lhe a consistência e coerência mínimas necessárias.

Assim, fazendo uso dos 4 quadros abaixo expostos, procuramos perceber não só os mais básicos e simplificados entendimentos e designações para um mesmo termo, como também obter a terminologia específica a usar nesta tese, no intuito de reduzir a margem para imprecisões e para a perpetuação de mistificações. Desta forma, observamos os quadros 1,

⁷⁰ Interpretação livre da nossa autoria enquadrada por observação meramente empírica.

⁷¹ Tarefa incompleta por natureza, compreensão que nos afasta de pretensões excessivas de aqui construir uma teoria unificada da *personagem*.

2, 3 e 4 que apresentam 4 diferentes estágios do processo de desconstrução e que devem ser entendidos pela sua ordem numérica crescente⁷².

⁷² Do quadro 1 para o quadro 2 e assim sucessivamente até ao quadro 4.

Quadro 1		
Terminologia Tese	Terminologia Goffman	Terminologia Senso Comum
Indivíduo	Indivíduo	Indivíduo
Personagem	Personagem	
		Personagem
Quadro 2		
Terminologia Tese	Terminologia Goffman	Terminologia Senso Comum
Eu	Indivíduo	Indivíduo
Eu Socializado		
Ente	Personagem	Personagem
Quadro 3		
Terminologia Tese	Terminologia Goffman	Terminologia Senso Comum
Eu	Eu - «self» -	Indivíduo
Eu Socializado	Actor	
	Audiência	
	Eu exibido	
Ente	Personagem narrativa factual	Personagem
	Personagem narrativa ficcional	
Quadro 4		
Terminologia Tese	Terminologia Goffman	Terminologia Senso Comum
Eu	Eu - «self» -	(não aplicável)
Eu Socializado	Actor	Indivíduo
	Audiência	
	Eu exibido	
Ente	Personagem narrativa factual	Personagem
	Personagem narrativa ficcional	

Os 4 quadros em análise referem-se ao processo de confrontação e desconstrução de significados que subjazem às diferentes utilizações e percepções dos termos *personagem* e *indivíduo* na obra de Goffman, no senso comum e nesta dissertação⁷³. Este processo de desconstrução assume a intenção de apresentar uma terminologia metodologicamente consistente, que não só norteie este trabalho como, ao mesmo tempo, contribua para a circunscrição do entendimento do objecto de análise – no caso o político enquanto *personagem*.

Os 4 quadros dizem respeito a personagens *factuais*, aqui entendidas como *personagens* com correspondência a indivíduos *reais*.

Atentemos, pois, nos quadros expostos e no racional aplicado, começando por individualizar e justificar a pertinência das colunas *Terminologia Tese, Goffman* e *Senso Comum*.

A coluna *Terminologia Tese* refere-se aos termos que doravante iremos utilizar no decurso deste trabalho. Estes termos visam apresentar uma proposta terminológica articulada e coerente, sem incorrer, contudo, na utilização de novos termos excessivamente marcados por significados segundos que possam ameaçar um correcto entendimento do que pretendemos efectivamente ilustrar, como acontece no caso da introdução do termo *Ente*.

Partindo de um momento inicial – quadro 1 –, onde se estabeleceu a articulação entre as diversas fronteiras de significado⁷⁴ face às demais colunas, desdobrou-se a terminologia em torno de designações mais precisas. Assim, esta coluna, nos quadros 2, 3 e 4 faz uso de três designações específicas: *eu*, *eu socializado*⁷⁵ e *ente*.

Destes três termos em apreço, dois são, com efeito, directamente influenciados pela obra de Goffman. O motivo para esta escolha metodológica passa pelo facto de estas abstracções específicas, que derivam do processo de reflexão sobre o seu *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias*, terem assumido uma importância significativa nos

⁷³ Esforço que não esgota todos os termos passíveis de colocação em confronto nestes quadros. Vejam-se, a título de exemplo, os termos aqui não considerados e que poderiam constar: *eu desempenhado* ou *eu projectado*, que aqui são considerados à luz do termo *eu exibido*, proposta possível de diálogo entre os dois termos, à luz da obra de Goffman.

⁷⁴ Entre os termos *personagem* e *indivíduo*.

⁷⁵ Expressão usada por Goffman. Veja-se: “a coerência expressiva exigida pelo desempenho indica uma discordância decisiva entre o nosso eu demasiado humano e o nosso eu socializado” (Goffman, 1993: 72). Apesar de, implicitamente, ficarmos com a sensação de estarmos perante um termo conectado com os termos *eu exibido*, *eu desempenhado* e *eu projectado*, assumimos este termo como entendimento do *indivíduo* em interacção.

diversos avanços de harmonização das tabelas em análise, ainda que possam não partilhar das mesmas leituras a elas atribuídas na obra. Assim, *eu*⁷⁶ e *eu socializado*⁷⁷ afirmam-se como peças centrais neste processo.

Fica, assim, clarificado que os termos *eu* e *eu socializado* na *Coluna Terminologia Tese* correspondem a termos derivados⁷⁸ da obra de Goffman, extraídos à luz de uma interpretação pessoal. Opta-se, assim, pela directa desconstrução de termos mais específicos⁷⁹ que ajudem a compreender esta realidade.

Desta forma e mais concretamente o primeiro dos termos - *eu* - surge da individuação operada por Goffman e não apresenta grandes objecções procedimentais ou teóricas iniciais, à excepção do emprego e da definição que dele iremos sugerir. Já o *eu socializado*, embora seja o termo que assumimos como mais clarificador, é também o que acaba por, na maior parte das vezes, ser preterido pela utilização de termos metodologicamente menos precisos como *indivíduo* e *actor*, que designam abordagens fundamentalmente distintas.

Com efeito, entendemos que, na sua obra, Goffman se refere a *indivíduo* como ao ser humano na plenitude das suas funções actanciais, na qual se incluem, por exemplo, a função de *espectador*, de *actor* mas, também, a sua dimensão interior abstraída do processo de interacção social⁸⁰, algo que coloca o termo *actor* numa condição de especificidade da manifestação do termo *indivíduo*. Sendo que *actor* designa apenas uma das funções actanciais do *indivíduo*, algo que conflitua com a riqueza da sua exposição do jogo social enquanto “ciclo potencialmente indefinido” (Goffman, 1993: 19) e mimético, consideramos que o termo *actor* se refere a apenas uma das manifestações actanciais do *indivíduo*, algo que justifica a nossa opção de não assunção da correspondência dos termos no processo de desconstrução do quadro 2 para o quadro 3.

⁷⁶ Reconheça-se que não se trata de um termo original – antes pelo contrário – nem de um termo lido nesta tese sob o mesmo entendimento que Goffman dele faz. Atribuímos-lhe uma dimensão específica precisamente pelas discordâncias expressas mas, também, pelo facto de figurar explicitamente em termos como *eu projectado* e *eu desempenhado*.

⁷⁷ Designação que cremos ser mais precisa que o habitual recurso de Goffman ao termo *indivíduo*. Este termo por nós utilizado configura uma redução do entendimento que fazemos de *indivíduo* na obra de Goffman, uma vez que, deste último termo, extraímos a dimensão interior do *indivíduo*, abstraída do processo de interacção social. *Eu socializado* diz, assim, respeito ao *indivíduo* investido da plenitude das suas funções actanciais.

⁷⁸ Sublinhe-se *derivados*.

⁷⁹ Entendimento puramente aduzido do processo de desconstrução que levamos a cabo, do geral para o particular – ou, simplesmente, do quadro 1 para o quadro 4.

⁸⁰ Questão problemática que pode ser exposta como abstracção do campo do intangível.

Por fim, o termo *ente* surge como alternativa ao termo *personagem*, já que este termo se encontra irremediavelmente marcado pelos seus usos, apresentando diferentes percepções e significados no campo dos *Estudos Narrativos*, no senso comum e na obra de Goffman.

Por fim, vejamos as demais colunas, muitíssimo menos problemáticas, construídas em torno do eixo da *Coluna Terminologia Tese*. A *Coluna Goffman* expressa as diferentes leituras presentes na obra de Goffman, crescentemente aprofundadas ao longo dos quadros 3 e 4. Nela não são considerados aspectos não directamente relevantes para o nosso trabalho, tais como questões relativas às *zonas de bastidores* e de *fachada*, ou mesmo relativas às diversas *equipas*⁸¹.

Como é possível observar, o termo *personagem* apresenta, em Goffman, a leitura mais abrangente, considerando que este incorpora também a dimensão adaptativa e contextual do *eu socializado*⁸². A consideração do *eu exibido* enquanto elemento de intersecção entre *personagem* e o *eu socializado*⁸³ é, porventura, a marca distintiva mais relevante a registar,

⁸¹ “Quando pensamos num desempenho, é-nos fácil supor que o conteúdo da representação é uma mera extensão do carácter do actor, considerando em termos pessoais a função do desempenho. Trata-se de uma perspectiva limitada, susceptível de toldar diferenças importantes na função do desempenho em termos de interacção global” (Goffman, 1993: 97). Leia-se ainda a este respeito: “a definição da situação projectada por um participante determinado é parte integrante de uma projecção visada e alimentada pela estreita colaboração de mais do que um actor. Por exemplo, num hospital, os dois médicos da equipa podem exigir do interno em formação, e como algo que esta requer, que leia a documentação relativa a um paciente e comente ponto por ponto o conjunto desse material. O interno pode não se dar conta de que a sua exibição de relativa ignorância resulta em parte do facto de a equipa ter estudado a documentação na noite anterior; e muito provavelmente não se aperceberá de que o efeito apurado é duplamente induzido pelo acordo tácito que no interior da equipa confia metade do material da documentação a um dos membros, e a segunda metade a outro. Este trabalho de equipa, com efeito, garante um desempenho bem sucedido do conjunto – contanto que, evidentemente, seja o médico certo a encarregar-se no momento certo das perguntas” (Goffman, 1993: 98). Simplificadamente pode ser definido como “qualquer conjunto de indivíduos que cooperem na encenação de uma prática de rotina determinada” (Goffman, 1993: 100). Ainda a este respeito e, para um estudo mais aprofundado deste ponto específico da *Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias*, recordemos as relações actanciais de *isomorfismo*, *sincretismo* e *desmultiplicação*.

⁸² “Gostaria de conjugar tudo o que já ficou dito ou deixei implícito acerca dos atributos requeridos de um actor no seu trabalho de encenar com êxito certa personagem” (Goffman, 1993: 245). Ou, “enquanto personagens perante uma audiência, todavia, não podemos permitir-nos altos e baixos” (Goffman, 1993: 72). Retome-se, assim, a metaforização da realidade social, tendo como base as referências de ordem dramaturgica. “Segundo creio, a abordagem dramaturgica constituirá uma quinta perspectiva, que se soma às perspectivas técnica, política, estrutural e cultural. A perspectiva dramaturgica, como cada uma das outras quatro, pode ser utilizada como ponto terminal da análise, ou seja, como uma modalidade final de ordenação dos factos” (Goffman, 1993: 282).

⁸³ Consideremos *eu exibido* enquanto intersecção entre *personagem* e *eu socializado*, retomando os termos *eu desempenhado* – máscara que *eu socializado* pretende usar – e *eu projectado* – máscara segundo a qual o *eu socializado* aparece aos olhos dos demais *eus socializados*. Entenda-se, assim, como barreira da ordem da percepção que separa as impressões veiculadas das impressões que são percebidas. Este termo, pela sua neutralidade direccional em todo *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias* resolve as questões levantadas pelos termos *eu desempenhado* – da ordem da emissão - e *eu projectado* – da ordem da recepção. Este termo deriva da apropriação de termo que, apesar de não individuado, aparece em algumas passagens que entendemos serem clarificadoras quanto ao seu significado. Vejam-se a este respeito, por exemplo, as menções ao termo *exibição* nas páginas 254, 256, 259, 268 ou 274 (Goffman, 1993) que, a nosso entender,

marcando também uma das mais complexas situações de desconstrução. Com efeito, o termo *eu socializado* assimila simultaneamente as dimensões do *indivíduo* e da *personagem* em Goffman.

A *Coluna Senso Comum* atribui a correspondência usualmente aplicada aos termos da coluna eixo. Apenas por uma questão de facilidade de leitura do processo global de desconstrução, registam-se apenas diferenças relativas a esta coluna no quadro 4.

Esta coluna, procurando representar a correspondência dos termos desconstruídos na mais abrangente leitura do senso comum é, assumidamente, construída tendo por base um processo pessoal de observação empírica.

O aspecto mais marcante desta coluna parte da percepção de que tanto signo, como significante e significado surgem fundidos a baixa intensidade. Assim, percebemos que, no senso comum, tanto o *eu socializado* é tomado como *eu*, como as *personagens* de narrativas *factuais* são assumidas como *eu socializado*. Esta condição faz assim, por exemplo, corresponder personagens mediáticas, compreendidas enquanto figuras de papel de um qualquer jornal, com os próprios indivíduos.

Atentemos, agora, nos quatro processos de desconstrução, vertidos nos quadros 1, 2, 3 e 4 e sistematizados no quadro abaixo plasmado.

Quadro 5	
Processo	Alterações operadas no processo de desconstrução
Quadro 1 – Quadro 2	Subdivisão da <i>Coluna Terminologia Ensaio</i> de <i>indivíduo</i> e <i>personagem</i> para <i>eu</i> , <i>eu socializado</i> e <i>ente</i> .
Quadro 2 – Quadro 3	Subdivisão dos termos da <i>Coluna Terminologia Goffman</i> . <i>Indivíduo</i> dá lugar a <i>eu</i> , <i>actor</i> e <i>audiência</i> . <i>Personagem</i> subdivide-se em <i>eu exibido</i> , <i>personagem de narrativa factual</i> e <i>personagem de narrativa ficcional</i> .
	Subdivisão dos termos da <i>Coluna Senso Comum</i> , com assunção de

são totalmente assépticas e desprovidas de qualquer referência direccional evidenciadora de um entendimento mais ancorado nas dinâmicas da recepção ou da emissão.

Quadro 3 – Quadro 4	não correspondência ao termo <i>eu</i> das restantes colunas atribuição do termo <i>personagem</i> a referências apenas relativas a <i>personagens de narrativas ficcionais</i> . As <i>personagens de narrativas factuais</i> são consideradas como enquadradas na definição de <i>indivíduo</i> na <i>Coluna Senso Comum</i> .
---------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Partindo da necessidade de individuação de dois termos fundamentais para o diálogo entre o campo da *Sociologia* e dos *Estudos Narrativos*, confrontámos inicialmente os termos *personagem* e *indivíduo* com as suas diferentes fronteiras de significação. Como é visível, nesta relação dicotómica, apesar de haver inegáveis similitudes, os campos de significado registam diferenças para os mesmos termos.

Mantendo-se um esquema de cores que ajude a situar os termos isolados em função da relação dicotómica expressa no quadro 1, observamos que, progressivamente desconstruídos nos quadros 2, 3 e 4, estes termos iniciais vão sendo substituídos e dando lugar a novas designações, em nosso entender mais precisas. A manutenção das distinções cromáticas⁸⁴, contribuem para situar os termos desconstruídos nos quadros 2, 3 e 4, relativamente ao quadro 1 e correspondentes termos de *personagem* e *indivíduo*, permitindo, também, facilmente perceber a abrangência dos termos nas diferentes colunas. Assim, conseguimos facilmente identificar comparativamente em que colunas ocupam os termos *personagem* e *indivíduo* um significado mais abrangente, consoante o tamanho do espaço que as diferentes cores ocupam.

Podemos observar que a terminologia utilizada nesta tese reflecte a necessidade de divisão do termo *indivíduo* em *eu* e *eu socializado* e a substituição do termo *personagem* por *ente*. Esta divisão ocorre por duas ordens de razão. A primeira, pelo facto de se entender que, à luz da inspiração da obra goffmaniana, se torna importante destrinçar o *eu* abstraído do processo de interacção, ou seja, do *eu socializado*⁸⁵.

Já a segunda assume como prioritária a eliminação de factores de ruído que possam advir da utilização de um termo tão problemático como o de *personagem*. Assim, adoptamos o termo *ente*, assumido como expressão do nosso entendimento específico da designação de *personagem*.

⁸⁴ Veja-se a diferente utilização dos tons de cinzento e da cor branca nos diversos quadros.

⁸⁵ Importante porque, se o *eu* se constrói no processo de interacção, torna-se relevante considerar a sua expressão dissociada desse mesmo processo, expresso no conceito *eu socializado*. Da mesma forma, tal remete-nos para a intangibilidade de acesso ao *eu*.

A estas alterações somam-se, no quadro 3, a divisão do termo *indivíduo* em *eu*, *actor* e *audiência*. Estas alterações decorrem do entendimento de que Goffman faz coincidir os termos *eu* e *indivíduo*, não recorrendo a uma abstracção efectiva que dissocie os dois conceitos que, a nosso ver, são substancialmente diferentes.

Fazendo uso de uma leitura livre e pessoal da sua obra, defendemos que esta fusão dos termos acaba por prejudicar um dos aspectos que consideramos mais relevantes para a obra de Goffman, que passa por conseguirmos abstrair o *eu* dos processos de interacção. Com efeito, havendo um *eu* e um *eu socializado*, importa evitar a fusão destes termos. Assim, o *eu socializado* surge como projecção do *eu*, nas suas condições actanciais fundamentais e simultâneas de *actor* - executor da interacção -, *audiência* - observador da interacção - e *eu exibido*- figura projectada e apreendida pela audiência.

Por esta ordem de razões, propomos a autonomização dos termos *eu*, *eu socializado*, *indivíduo* e *actor*. Entendemos que o *eu socializado*, enquanto *eu* inserido no jogo social, opera a fundamental dissociação entre o *eu* percepcionável e o *eu* intangível. Por outras palavras, se o *eu socializado* se expressa na simultânea observação, actuação e percepção da actuação de um *eu* por todos os outros *eu socializado*, podemos daqui inferir que este conceito foca a intangibilidade do acesso ao *eu*. Fundir *eu* e *eu socializado* não é mais do que uma diferente expressão da incursão no erro de tomar a parte pelo todo.

Assim, quando julgamos o *eu socializado* julgamos apenas um estilhaço do *eu*. O *eu* é, assim, uma abstracção, do domínio da intangibilidade, que congrega em si a possibilidade de um conhecimento pleno de todas as dimensões dos outros, das suas intenções e das suas percepções em todos os momentos.

Por esta ordem de razões, aboliremos doravante o termo *indivíduo*, não lhe atribuindo nem a sinonímia face a outros termos, nem a possibilidade de designação de termos diferentes. Tal decorre do entendimento de que *indivíduo* designa o ser humano na sua dimensão física e não a fusão da sua dimensão material e imaterial como os termos *eu* e *eu socializado* permitem.

Chegamos, por fim, à fase final de desconstrução, visível na abordagem aos termos *personagem de narrativa factual* e *personagem de narrativa ficcional* onde retomamos a defesa da negação das diferenças ontológicas dos dois conceitos, já anteriormente abordada nesta dissertação.

Este esforço de harmonização aqui empreendido tem por base diversos pressupostos. O primeiro e, a nosso ver fundamental, passa pelo esforço inicial, interdisciplinar e transdisciplinar de procurar perscrutar nas diferentes teorias e abordagens o esboço de uma proposta unificadora e simplificada dos termos em utilização. Assim, é do nosso entendimento que as teorias de Goffman e o senso comum designam duas actividades diferentes sob o signo de um mesmo termo. O termo *personagem*, com efeito, merece ser desconstruído e, doravante, entendido apenas como representação de um *eu socializado* e nunca como tentativa de representação de um *eu*, objectivo intangível e apenas exequível na posse do dom da omnisciência.

Suprimimos desta forma o termo *personagem* utilizado por Goffman, por uma questão de clarificação, sem qualquer prejuízo da validade da sua teoria. Aquilo que Goffman designa como *personagem* deve ser primeiramente entendido como expressão da adaptabilidade do ser humano na sua interacção enquanto *eu socializado*. *Personagem* – doravante entendida por *Ente* – fica, assim, reduzida à expressão da representação de *eus socializados*, assumindo componentes fundamentais para um entendimento mais próximo do espírito desta tese.

Assume-se como factor essencial o abraçar da limitação humana no acesso ao conhecimento pleno e o reconhecimento da sua inultrapassável ignorância perante o infundável universo de conhecimentos e experiências que podemos almejar alcançar. Este reconhecimento é fundamental para a abertura de espírito necessária à rejeição do dogma e da rigidez na percepção dos *eus socializados*, preocupação vertida na individualização do termo *eu*.

O segundo ponto essencial passa pelo afastamento de juízos de moral e pela aceitação de processos de ordem inultrapassável. A interacção humana e a necessidade de adaptação de cada ser humano redundam na rejeição do entendimento de uma categorização pejorativa decorrente da utilização do termo *personagem*. Assim, aquilo que Goffman designa por diferentes *exibições* – por nós ancorado no termo *eu exibido*, ou *máscara* - é retomado à luz de um termo mais neutro que afaste entendimentos indesejáveis. Assim sendo, procuramos afastar-nos de interpretações que tomem as diferentes *exibições* como acto perverso e dissimulatório mas sim como um fenómeno essencialmente natural, uma vez que, no nosso entender, este não se trata de um processo passível de juízo moral. É sim a utilização deste processo – correcta ou incorrecta – que é objecto de avaliação deste

âmbito. Rejeita-se que o ser humano seja intrinsecamente bom ou mau, apesar de as suas acções poderem ser consideradas como tal. Sendo estas categorizações meras construções humanas e, como tal, sujeitas a diferentes entendimentos consoante a situação em análise, importa assumir o seu carácter relativo e episódico, não extensível a domínios mais vastos que o dos actos isolados em análise.

Como terceiro ponto, o termo *personagem*, deve caminhar e ser trabalhado para se emancipar das suas camadas de significado, eminentemente pejorativas. Daí o cuidado de o afastar do conceito da interacção humana e de *eu socializado*, passível de associação no senso comum a actos de dissimulação e engano.

E, por fim, a importância do reconhecimento do conceito de *personagem* como representação de um qualquer *eu socializado*, seja ele *real* ou *ficcional*, inserido numa narrativa *factual* ou *ficcional*⁸⁶.

⁸⁶ Esta representação pode ser feita em primeiro, segundo, terceiro ou quarto grau, consoante as camadas de representação apresentadas. Tome-se o exemplo de um qualquer filme que represente uma personagem interpretando outra. Por uma questão de simplificação estas camadas de representação não adquirem nova nomenclatura mas, sim, a assunção de utilização do termo em diferentes camadas de representação.

Capítulo IV

Sobre o Ente

O *Ente*, constituído como representação do *eu socializado*, encontra, nas suas diversas vertentes, especificidades merecedoras de nota, ainda que a título verdadeiramente exploratório e experimental.

Compreendendo-se o *Ente* como expressão de uma subcategoria da *personagem*, representativa de pessoas com *real* correspondência, seja em narrativas *factuais* ou *ficcionais*, confirma-se, com naturalidade, a complexidade da categoria em análise.

O *Ente* assume diversas características e especificidades muito próprias, que derivam não só do meio em que se inserem mas, também, das complexidades inerentes ao termo, que nos convida a individuar a análise da expressão dos *eu socializados*, abstraindo-os da sua dimensão corpórea e interpessoal para as considerar, agora, numa dimensão indirecta e mediada que, não raras vezes, procura assumir não o papel de representação mas, sim, de objecto representado.

Das complexidades levantadas, às quais acresce a percepção do *eu socializado* como representação do *eu*, como objecto intangível, surgem, desde logo, aspectos muito específicos que contribuem para isolar o termo e para uma discussão embrionária sobre a proposta nesta dissertação apresentada.

A proposta de análise da categoria da *personagem* enquanto avatar narrativo de um *eu socializado* não é necessariamente original, com diferentes abordagens de diferentes autores como Mário Mesquita ou Marc Lits. É, contudo, aqui diferentemente considerada, tomando-a numa dimensão mais abrangente, focada numa leitura do *Ente* como representação e à luz de um novo entendimento daquele que é o foco aqui considerado.

Se para a *personagem jornalística* de Mário Mesquita, o referencial de análise se funda na “representação de uma pessoa existente no real” numa leitura que é, por exemplo, extensível à *personagem histórica* (Mesquita, 2004: 111), a verdade é que, nesta tese, nos importa individuar os mecanismos de construção do *eu socializado*, sejam eles inseridos em narrativas *factuais* ou *ficcionais*.

Consideramos com este enquadramento a necessidade de reflectir sobre o *Ente* como figura narrativa com representação e correspondência a um *eu socializado*, independentemente do

suporte ou género narrativo no qual ela se insira, podendo ela ser objecto de futuras derivações decorrentes do suporte da narrativa.

Por isso, se podemos considerar a importância do trabalho desenvolvido por Mário Mesquita na tentativa de definição da *personagem jornalística*, não podemos deixar de assumir as limitações de um termo que exclui outras formas de expressão da representação do *eu socializado*, não só do domínio do *factual* como, também, do *ficcional*.

Em suma, pretendemos arguir sobre as especificidades e persistências das representações narrativas do *eu socializado*, à luz de um termo suficientemente abrangente a partir do qual as outras derivações possam desembocar e à luz do qual sejam percepcionáveis as mecânicas de funcionamento narrativo.

Sendo a *personagem jornalística* apenas uma das facetas do *Ente*, o termo não se esgota nesse registo, aqui entendido como demasiado restritivo pelo facto de não considerar narrativas *factuais* de índole não jornalística – nas quais se incluem, a título de exemplo, produtos *factuais* de entretenimento – como também por não atender ao surgimento de produtos *ficcionais* – séries de televisão indirectamente alusivas a um específico *eu socializado*, versões romanceadas de um *eu socializado*, etc. - ou de fronteira entre a narrativa *factual* e a *ficcional* – o *cartoon*, por exemplo – com implicações ao nível da representação do *eu socializado*.

Esta defesa não deve, contudo, nem furtar-se nem ignorar a necessidade do confronto das diferenças entre o *Ente* e a *personagem mediática* de Lits que, não sendo necessariamente conflitantes, não são totalmente coincidentes, nem que seja pelo facto de não haver uma concordância plena com a designação atribuída.

Assim, se o esforço de definição da *personagem mediática* se afigura para nós como particularmente interessante, a verdade é que apresenta uma dimensão que, a partir da sua nomenclatura, se constituiu como contra-intuitiva por parecer focar-se muito mais na dimensão transmissiva, parecendo relegar para segundo plano a dimensão semiótica (Herman, Jahn, & Ryan, 2010: 289) do termo *mediático*⁸⁷.

⁸⁷ “Lets call the transmissive definition, and the semiotic definition. Transmissive media include television, radio, the internet, the gramophone, the telephone – all distinct types of technologies -, as well as cultural channels, such as books and newspapers. Semiotic media would be language, sound, image, or more narrowly, paper, bronze, the human body, or the electromagnetically coded signals stored in computer memory” (Herman, Jahn, & Ryan, 2010: 289).

Se tal deriva, antes de mais, de uma nossa concepção, porventura, mais minimalista da narrativa, considerando-a mais pela mecânica e estrutura que ela importa, a verdade é que tal revela uma intenção, por nós assumida, de nela procurar perscrutar uma dimensão mais abrangente que, não excluindo a dimensão interpessoal, aponte para os mecanismos de construção de significado.

Assim, a interrogação inicial de concordância terminológica funda-se, primeiramente, na nomenclatura que, por parecer nada excluir, nos parece abranger demasiado para a qualidade do trabalho desenvolvido e para o notável esforço empreendido por Marc Lits. Com efeito, acrescenta-se a pergunta: será possível haver alguma *personagem* desprovida de *medium* de suporte; por outras palavras, não será tautológico e redundante falarmos em *personagem mediática*?

Mas aponte-se também o facto de, por não raras vezes, se parecer compreender e estudar a *personagem mediática* como excessivamente arreigada à dimensão que esta comporta de *personagem jornalística*.

Mesmo se Lits considera que a *narrativa jornalística* é uma redução, por definição, daquilo que entende por *narrativa mediática* (Lits, 2010: 79)⁸⁸, a verdade é que parece tender, na sua obra *Du Récit au Récit Médiatique*, a fazer uma análise excessivamente sinodeica, tomando a parte pelo todo, evidenciando um claro enfoque no discurso e narrativa jornalísticos.

Ora, se a *personagem mediática* se define como termo mais abrangente que a *personagem jornalística*, a questão que se coloca parte, precisamente, da capacidade de as distanciar, algo que parece não suceder para além da evidente afirmação das diferenças decorrentes das questões técnicas mais terrenas.

⁸⁸ “B. Grevisse parle, lui, de macro-récit journalistique (ce qui représente déjà une réduction par rapport au récit médiatique plus englobant et excédant l’information au sens strict)” (Lits, 2010: 79). Isto sem considerar a seguinte passagem da obra de Lits, cuja última questão avançada aponta para um caminho do qual divergimos radicalmente e que se afasta também desta categorização anteriormente enunciada: “Il faudrait aussi approfondir la réflexion sur le passage du journalistique au médiatique. Le récit se niche-t-il dans le traitement journalistique de l’événement, dans la narration que nous en rapporte le journaliste? Ou est-il construit par son insertion dans un système médiatique où il est pris entre d’autres genres, don’t certains types fictionnels fortement narrativisés? Cette dichotomie ne repose-t-elle pas sur une opposition plus forte, mais encore mal prise en compte, entre le journalistique, qui pourrait être davantage lié à l’écrit, du moins en termes de représentations, et le médiatique, qui ne serait qu’une autre denomination du télévisuel?” (Lits, 2010: 84).

Colocamos, desta forma, em evidência mais uma questão fundamental que se prende com a possibilidade de Lits parecer tender a dar maior prevalência à importância dos suportes (Lits, 2010: 45) e dos géneros (Lits, 2010: 47) nas dinâmicas narrativas, algo que não conflui directamente para o espírito desta tese, que busca uma percepção mais fundada nas mecânicas da narrativa, inseridas não só em meios transmissivos mas, também, semióticos.

Poder-se-à, com razão, alegar que os esquemas comunicacionais impõem que a mensagem passe por determinados canais que permitem a transmissão do código utilizado, traduzindo constrangimentos técnicos que influenciarão a mensagem (Lits, 2010: 42)⁸⁹, justificação mais do que suficiente para tal. A questão que colocamos é se, tanto os géneros, como os suportes e os códigos não serão, antes de mais, influenciados a montante pelas mecânicas narrativas e pela dimensão cognitiva de construção do significado e da retenção da atenção. Com efeito, o que nasce primeiro? O conflito como motor da narrativa ou os critérios de noticiabilidade valorizadores da dimensão negativa, disruptiva e conflitual? O que nasce primeiro, a capacidade de retenção da imagem visual ou o privilégio da imagem? O que nasce primeiro, a importância cognitiva do reforço narrativo ou os critérios de noticiabilidade fundados na consonância? O que nasce primeiro, as mecânicas da narrativa ou as suas expressões? A estrutura ou a pragmática?

É precisamente por considerarmos que os estudos de ordem pragmática acabam por fazer transparecer os nossos mecanismos cognitivos de construção de significado que estão na base de todas as manifestações narrativas que nos parece fundamental reinvocar a base justificativa e agregadora à luz da qual sejam percepcionáveis as demais leituras específicas.

Assim, se metodologicamente já assumimos o nosso cepticismo na mistificação de que a *informação* se esgota no *jornalismo*, acresce-nos o facto de encontrarmos alguns pontos de divergência, essencialmente motivados pela discrepância nos objectivos traçados para a nossa análise e, concomitantemente, para a diferença do entendimento daquelas que são as questões centrais.

⁸⁹ “Le schéma de la communication impose que le message passe par certains canaux qui permettent la transmission du code utilisé. Ces contraintes, d’ordre technique, ont des répercussions sur le type de message transmis et sur son contenu. Il est par exemple très difficile de restituer par l’écrit toutes les informations continues dans une caricature telle qu’en réalisent Plantu ou Kroll dans la presse, particulièrement pour en rendre le ton, l’ironie. On ne peut donc les étudier comme des formes purés sans support technique” (Lits, 2010: 43).

Assim, pese o facto de nos unirem as percepções da fragilidade e flutuante fronteira entre o *real* e a *ficção* (Lits, 2010: 22)⁹⁰ a verdade é que nos afastamos dos entendimentos de que entre a estrutura narrativa *factual* e *ficcional* existem diferenças significativas (Lits, 2010: 33)⁹¹.

O problema desta questão colocada por Lits não se prende com os factores que enuncia pois, de facto, um texto que visa ser informativo apresenta muito mais limitações na sua forma do que um texto *ficcional*, menos castrador (Lits, 2010: 32). A questão é que, para nós, essa diferença não aporta à estrutura, expressão que tem um entendimento muito mais profundo e fundado em questões directamente ligadas à dimensão cognitiva de construção de significado e com as mecânicas que lhe dão corpo.

É da exposição das mecânicas do conflito, da exposição da tensão, do antagonismo e da diferença como motores narrativos que respondemos ao mais básico entendimento da dinâmica narrativa.

Desta forma, embora nos aproximemos de Lits no empenho do estudo das novas expressões narrativas e em preocupações de ordem pragmática, a verdade é que nos afastamos no entendimento – porventura injusto da nossa parte – de que este não considera a narrativa enquanto faculdade cognitiva passível de condicionar a jusante as suas expressões de ordem pragmática.

Este afastamento na articulação que parece ser feita entre a dimensão cognitiva e pragmática do estudo da *personagem* acabará por encontrar ecos na própria dissonância no entendimento por nós feito de que, ao contrário do que Lits parece enunciar, não há diferenças significativas de fundo ou estruturais entre as narrativas *factuais* e *ficcionais*, já que para nós a estrutura da narrativa aporta a um entendimento desta enquanto faculdade cognitiva extensível a todas as expressões de ordem pragmática ou, se assim preferirmos, a uma enunciação de um *grau zero* da pragmática.

⁹⁰ Veja-se: “Cependant, la frontière entre fiction et réel est mince” (Lits, 2010: 22). Ainda neste cômputo reforce-se: “cela montre que la frontière entre réel et fiction est fragile et fluctuante” (Lits, 2010: 22).

⁹¹ Discordância que parece mais focar-se no entendimento daquilo que entendemos por estrutura do que pelo espírito do trabalho de Lits. Leia-se a este trecho a seguinte passagem, a nosso ver elucidativa das discordâncias no tratamento do termo estrutura: “L’organisation structurelle d’un article de presse est extrêmement contraignante: règles de titraille, du «chapeau», accroche du lecteur, respect de la chronologie tempéré par l’annonce initiale d’information essentielle, clôture en forme de chute” (Lits, 2010: 32). Como é inferível, o nosso entendimento da estrutura como *grau zero* da pragmática difere do de Lits, que faz neste termo convergir conceitos da ordem estrutural – à luz do nosso entendimento – e da ordem da pragmática.

A análise do político enquanto representação que aqui apresentamos é, assim, herdeira de uma percepção da narrativa enquanto faculdade cognitiva condicionadora a montante dos estudos e expressões de ordem pragmática. Assim, pese o facto de a abordagem ao *Ente* ser de ordem essencialmente pragmática, encetamo-la tendo em vista o fim último do entendimento da expressão cognitiva da articulação entre o significante – político enquanto representação - e o significado. Não se trata, assim, fundamentalmente, do estudo das diferentes expressões da representação do político e das diferentes formas como esta é apresentada mas, sim, de uma proposta inicial de análise tendente ao entendimento do significado a que esta é vinculada, algo impossível de alcançar sem o recurso a preocupações da ordem da pragmática.

Colocadas as questões anteriores, o *Ente* assume assim para nós uma dimensão que, embora passível de análises isoladas, considera o conjunto das narrativas que confluem para a sua definição e figuração. O *Ente* é, pois, objecto não só de micro-narrativas e de objectos de análise isolados mas, preferencialmente, objecto macro-estrutural, de dimensão hipertextual, transtextual e transmedial. Observemos porquê.

O *Ente* é, necessariamente hipertextual uma vez que, na sua construção, o emissor é, não raras vezes, confrontado com uma miríade considerável de informação que oferece não só uma infinitude de caminhos de leitura disponíveis como, ao mesmo tempo, permite ao receptor construir o significado de forma não linear. Os caminhos e processos de construção são, assim, potencialmente infinitos, algo que deriva necessariamente da complexidade da ecologia mediática na qual eles se inserem.

Assumimos desta forma que o termo *Ente* é favorável e preferencialmente objecto de enquadramento da personagem enquanto objecto transtextual, uma vez que se entende que, perante o potencial praticamente ilimitado decorrente da sua natureza hipertextual, brotará, necessariamente, a necessidade de enquadrar a construção de significado como fenómeno partilhado entre diversas narrativas.

O *Ente* confronta-se, assim, com as tensões decorrentes da existência em mais do que um texto e com a procura da determinação dos critérios essenciais para o persistente estabelecimento de uma identidade individual entre os textos⁹². Esta questão ganha particular interesse no cruzamento das narrativas *factuais* e *ficcionais*, uma vez que não só

⁹² Veja-se a este respeito o artigo *Transtextual Characters* de Brian Richardson, presente no título *Characters in Fictional Worlds* (Eder, Janidis, & Schneider, 2010).

o *eu socializado* se pode ver confrontado com a preocupação da atribuição de consistência ao seu *Ente* como, da mesma forma, se pode ver confrontado com *personagens* que visem retratá-lo de forma indirecta, mesmo se não fazendo uso do seu nome ou aparência, como por exemplo numa série de televisiva⁹³.

O *Ente* é, por fim, transmedial uma vez que, pelo seu carácter hipertextual e transtextual, é passível também de ser alvo de representação em diferentes *media*. Esta acaba por ser uma derivação da sua transtextualidade sendo, contudo, mais específica quanto aos diferentes registos em que o *eu socializado* pode ser objecto de representação.

Providenciado por uma lógica supra-ficcional, não se compadecendo necessariamente com a obrigatoriedade de estar circunscrita a uma leitura estritamente *ficcional* ou *factual*, o *Ente* assume-se como objecto *híbrido* e *impuro*, algo que deriva também das complexificações várias introduzidas no campo de Análise do Discurso e dos Estudos Narrativos, em grande parte influenciadas pelas evoluções tecnológicas recentes decorrentes da emergência da *autocomunicação de massas*, algo que tem merecido de Lits a defesa da necessidade de reinventar a narratologia já que, “l’impurité des objects et de leurs usages amène à repenser les cadres d’une socio-sémiotique”. Algo que parece confluir para aquilo que o autor considera ser o imperativo da urgência de se fundarem as bases de uma *hipernarratologia mediática* (Lits, n.d.:12).

Aos enunciados acima expostos acresce a complexificação da correspondência a uma pessoa com existência *real*, pelas dinâmicas que comporta não só na construção partilhada de objectos de leitura na construção de uma imagem do *eu socializado* como, de igual forma, pelas consequências que congrega no objecto da representação, ou seja, pelas consequências e transformações que a representação assume na vida do representado.

Desta forma, percebe-se que, ao contrário do que acontece noutras narrativas com maior liberdade de escolha por parte do narrador, na expressão narrativa do *Ente* encontram-se uma série de limitações apriorísticas, decorrentes do facto de este ter correspondência *real* fora da narrativa.

⁹³ Tome-se o caso de uma hipotética série televisiva que retrate o dia-a-dia de determinada personagem, tomada na sua função – um hipotético Presidente dos Estados Unidos, como por exemplo em *The West Wing* – ou na sua dimensão pessoal – uma série sobre o lado pessoal de um determinado Presidente dos Estados Unidos, como por exemplo na série *The Kennedys*.

Indo mais longe, e considerando o espaço mediático – principalmente a narrativa política – como espaço de conflitualidade e de confronto de narrativas, colocamos também em destaque a impossibilidade de, num entendimento da *realidade* social como macro-narrativa última, considerar, *per si*, a possibilidade de existência de *personagens* principais – ou *Entes* principais –, algo que nos remete para a já assumida interpretação de que a personagem é, fazendo um uso livre da célebre postulação de Ortega y Gasset, fruto de si mesma e da sua circunstância.

Assim, a eficácia e relevância narrativa do *Ente* assume-se, em grande parte, também pela dimensão conjuntural, que poderá ser mais ou menos facilmente mutável, competindo – ainda que não de forma intencional – pela afirmação narrativa, numa dinâmica que pode ser estabelecida entre narrativas conflituantes e entre narrativas competidoras ao nível da relevância. A competição não se esgota, assim, na luta entre vários lados para a afirmação de diferentes narrativas mas, também, pela capacidade de fazer determinada narrativa afirmar-se, ainda que esta não possua aspectos conflituantes com as demais.

Se tomássemos as narrativas como objectos do domínio geométrico, poderíamos, ainda que de forma altamente simplificada, assumir que as narrativas conflituantes se configuram como narrativas *transversais*, enquanto as narrativas competidoras se assumem como narrativas *paralelas*.

Ora, tomando a *realidade* social como espaço narrativo, competitivo e conflitual, aclaramos a percepção de que não só a mesma personagem pode assumir numa mesma narrativa entendimentos diferenciados quanto à sua função actancial – aquele que é por uns tomado por vilão pode, por outros, ser considerado herói – como assume relevâncias extraordinariamente variáveis consoante as características do receptor, que podem ser de ordem individual, social, geográfica ou mesmo temporal.

Assim, assistimos àquilo que Lits considera ser a “deflagração da refiguração” (Lits, n.d.: 7)⁹⁴ com a múltipla dinâmica decorrente da profusão de narrativas *paralelas* em meios distintos, da fragmentação informativa não coordenada, de rupturas e narrativas *disruptivas* e *transversais* mas, também, de estabelecimento de nexos de causalidade de eventos sem ligação que, pelo seu consumo sucessivo, são passíveis de reconfiguração como *pontos*

⁹⁴ “À l’éclatement de la configuration correspond simultanément une déflagration de la refiguration. Il y a en même temps ressassement (la même information saisie sur plusieurs chaînes), hétérogénéité (des bribes d’information diverses non coordonnées), ruptures (passage d’un thème à un autre), télescopages (mise ensemble, parce qu’ils sont consommés successivement, d’événements sans lien entre eux)” (Lits, n.d.: 7).

pertencentes a uma *linha* narrativa (Lits, n.d.: 7). Assistimos, assim, em tese, a uma *realidade* social que, como espaço narrativo, se vê assoberbado pela profusão de elementos *paralelos, transversais, pontuais e disruptivos* em permanente e crescente mutação num espaço cada vez mais sobrecarregado⁹⁵.

A *realidade* social aparece assim proposta como espaço do domínio cognitivo individual, potencialmente infinito, onde numa metaforização geometrizar, as narrativas se procuram afirmar. Assim, neste espaço potencialmente infinito todas as nossas vivências e percepções concorrem entre si ora pela capacidade de afirmação, de ligação entre eventos e de redefinição permanente, de criação de novas cadeias de ligação, ora no apagamento de determinados *pontos* ou *linhas*.

Assim se infere que nesta metaforização o sucesso do impacto narrativo se funda na capacidade de estabelecer uma *linha* narrativa comparativamente forte face às demais, seja pelo reforço – idealizável como a *profundidade* da *linha* –, seja pela criação de narrativas *paralelas* o mais próximas possíveis da *linha* principal – até ao ponto em que a sua proximidade será tão forte que agregará as *linhas* como uma única *linha* de *grossura* positivamente diferenciada –, seja pela ambição enunciativa – determinada pela *extensão* da *linha* –, Assim, em teoria, uma narrativa será tão mais forte consoante os seus factores de repetição – *profundidade* –, de consonância – *grossura* – e de ambição enunciativa – *extensão* da *linha* –.

A *luta narrativa* fundamentar-se-à, deste modo, em duas dinâmicas simultâneas que visam não só impedir os factores de afirmação das narrativas competidoras, como promover a afirmação e sucesso das *linhas* narrativas propostas. Tal acontece, assim, na procura da descontinuação de elos previamente estabelecidos pelas *linhas* narrativas *transversais* e, ao mesmo tempo, pelo reforço da narrativa advogada.

Não será estranho daqui inferir que a nossa definição do *Ente* assume as limitações decorrentes da aceitação de que este é fruto de tentativa de construção de significado – figuração do *eu socializado* - num meio – *realidade* social – marcado pelo caos e pela permanente mutabilidade.

⁹⁵ “L’énonciation devient partagée, en même temps qu’elle se dilue au sein d’échanges multipolaires. L’émetteur du récit médiatique n’est pas plus unique, mais se construit en relation avec ses récepteurs; les lieux d’émissions de démultiplient au point de perdre leur identité propre et identifiable” (Lits, n.d.: 7).

Este esforço de definição do *Ente* é naturalmente incompleto e evidentemente espinhoso, sendo passível de tantas refutações e novas questões quantas as asserções aqui evidenciadas. Mas se há algo que parece irredutivelmente evidente é a percepção da dificuldade da apresentação de processos metodológicos consistentes de análise do *Ente*.

Porém se, por um lado, o *Ente* surge atomizado e antropomorfizado, por outro também assume, não raras vezes, não apenas a função representativa de um *eu socializado* mas, também, como metaforização de algo.

Sendo arguível uma futura extensão do termo a uma leitura que considere *personagens* à luz de funções actanciais de desmultiplicação, há, no *Ente*, uma óbvia tendência para a antropomorfização e atomização do papel da personagem nas narrativas, decorrentes da necessária individuação dos *eu socializados*, que aporta a uma leitura mais colectiva da *personagem*, constituída, por exemplo, por equipas, colectivos ou organizações.

E há também o questionamento relativamente às diferenças de facto entre o *Ente* e a vulgar *personagem* sem correspondência a uma pessoa *real*, que parecem ser muito mais externas à própria narrativa do que factor com influência directa nesta. Assim, questionamos se uma *personagem* tomada como *factual* pode, não tendo correspondência a uma pessoa *real*, espoletar os mesmos mecanismos narrativos e cognitivos que um *Ente*. Questionamos se os mecanismos de construção de uma *personagem ficcional* não serão precisamente os mesmos que os de um *Ente*. Questionamos se os mecanismos de construção de uma *personagem jornalística* não serão os mesmos de um *Ente*⁹⁶.

Partindo da nossa percepção das mecânicas e estruturas narrativas, o termo *Ente* parece, com efeito, estender-se para além de uma percepção terminológica estritamente do campo narrativo, definindo-se como objecto conceptualmente mais interessante de um ponto de vista interdisciplinar.

Qual a utilidade e validade do termo *Ente*, perguntar-nos-emos. Na verdade, o termo *Ente* surge, antes de mais, marcado pelo esforço metodológico de o abstrair de possíveis incorrecções resultantes da mistificação com outros termos já usados e marcados pelos seus usos. Assim, escolhemos esta designação dando corpo ao esforço de não o fazer confundir com termos já usados e não totalmente coincidentes com o objecto que pretendemos analisar. É por isso que outros termos como *personagem*, *personagem*

⁹⁶ Ressalva seja feita à questão *contratual*, decorrente do *pacto* estabelecido com o leitor.

mediática, *personagem jornalística* ou *figura* não estão na base desta nomenclatura, assumindo-se o esforço de não recorrer a estas designações, por forma a evitar possíveis mistificações ou imprecisões metodológicas.

Em segundo lugar, o termo *Ente* surge como referente a toda e qualquer expressão mediada de um ser humano com correspondência *real*, algo que, como já referimos, pode potencialmente até ser mais interessante para outros estudos do que para o próprio campo dos *Estudos Narrativos*. À luz deste termo cabem, assim, todas as referências a todos os meios, transmissivos ou semióticos, a todos os géneros e, também a todos os domínios de *factualidade* atribuíveis às narrativas em análise.

Com efeito, o que importa verdadeiramente é a individuação deste *eu socializado* projectado, e a defesa da necessidade de compreensão das mecânicas narrativas à luz das narrativas naturalizadas como expressões do *real* e nos quais o *eu socializado* é comumente confundido com a própria pessoa objecto da representação.

Este termo *Ente* visa, assim, problematizar se as mecânicas narrativas não são, com efeito, a mera expressão cognitiva da construção de significado e se, a partir dos estudos já desenvolvidos na análise das narrativas *ficcionais* e *factualis* não podemos identificar factores de consonância suficientemente claros e verdadeiramente estruturais a todas as expressões narrativas.

Sendo, futuramente, de estudar a adaptação ou fusão do termo com outros já existentes, a designação *Ente* cumpre, aqui, este propósito de ensaio de diálogo entre diversas abordagens e teorias da *personagem*, entendidas à luz de uma proposta unificada de estudo, que assume as mecânicas estruturalistas como reveladoras de mecanismos transversais de construção de significado.

Procuramos, assim, à luz deste entendimento, perscrutar os mecanismos que, independentemente dos suportes utilizados, justificam o sucesso narrativo e, através deste estudo nuclear da narrativa – entendida numa óptica metodológica mais minimal mas de impacto mais abrangente – regressar ao estudo dos factores individuais de sucesso, consoante os suportes utilizados⁹⁷.

⁹⁷ Já que é na pragmática que se ensaia de forma mais específica a construção de significado.

Ainda que sem uma resposta definitiva a todas as possíveis questões, consideramos ter, contudo, algumas clarificações necessárias para um ponto de partida equilibrado para o estudo do político enquanto *Ente*.

Regressando ao objectivo de partida, importa referir que as anteriormente mencionadas discrepâncias no entendimento do fenómeno da *personalização da política* nos remetem para uma necessária clarificação dos nossos objectivos mais concretos na sua análise.

Sendo certa a validade de outras interpretações ou enfoques no estudo da *personalização da política* ensaiamos aqui através da análise de um objecto de estudo concreto a construção de algumas perguntas de partida para um estudo futuro.

A sondagem do dia 19 de Junho de 2015 relativa às intenções de voto nas Eleições Legislativas Portuguesas de 4 de Outubro de 2015⁹⁸, por nós aqui utilizada como objecto de estudo de partida, é particularmente fértil na problematização do estudo da *personalização da política*, aqui entendida à luz do enfoque numa hipotética relação entre alguns parâmetros de avaliação individual dos candidatos e respectivos resultados eleitorais.

A sondagem em análise, sendo apenas uma das muitas sondagens feitas para as Eleições Legislativas Portuguesas de 2015⁹⁹, apresenta, como iremos ver, interessantes dinâmicas que complexificam uma tendência que, apesar de parecer imediatamente perceptível, adquire contornos que contribuem para o estabelecimento de algumas questões de partida para estudos futuros que, neste capítulo, procuramos entreabrir.

Importa reiterar que, como esta sondagem, podiam ter sido utilizadas tantas outras. E, de igual forma, importa também atentar no debate tido acerca da falibilidade das sondagens

⁹⁸ “Esta sondagem foi realizada pelo CESOP – Universidade Católica Portuguesa para a Antena 1, RTP, o Jornal de Notícias e o Diário de Notícias nos dias 13, 14, 15 e 16 de junho de 2015. O universo alvo é composto pelos indivíduos com 18 ou mais anos recenseados eleitoralmente e residentes em Portugal Continental. Foram seleccionadas aleatoriamente dezanove freguesias do país, tendo em conta a distribuição da população recenseada eleitoralmente por regiões NUT II e por freguesias com mais e menos de 3200 recenseados. A selecção aleatória das freguesias foi sistematicamente repetida até que os resultados eleitorais das últimas eleições legislativas nesse conjunto de freguesias (ponderado o número de inquiridos a realizar em cada uma) estivessem a menos de 1% dos resultados nacionais dos cinco maiores partidos. Os domicílios em cada freguesia foram seleccionados por caminho aleatório e foi inquirido em cada domicílio o próximo aniversariante recenseado eleitoralmente na freguesia. Foram obtidos 1048 inquiridos válidos, sendo 55% dos inquiridos do sexo feminino, 31% da região Norte, 24% do Centro, 32% de Lisboa, 6% do Alentejo e 7% do Algarve. Todos os resultados obtidos foram depois ponderados de acordo com a distribuição de eleitores residentes no Continente por sexo, escalões etários, região e habitat na base dos dados do recenseamento eleitoral e do Censos 2011. A taxa de resposta foi de 77%. A margem de erro máximo associado a uma amostra aleatória de 1048 inquiridos é de 3%, com um nível de confiança de 95%” (CESOP/UCP, 2015, p.1)

⁹⁹ Eleições de 4 de Outubro de 2015.

avivada durante este período eleitoral, no qual se destacaram o lançamento do livro *Insondáveis Sondagens*, em Julho de 2015, e a célebre chamada de capa da revista *Visão*, publicada em 30 de Julho de 2015, que questionava “Porque Falham as Sondagens?”.

Contudo, o objectivo não passa por atentar apenas nos resultados nesta exarados mas, a partir deste instrumento, construir perguntas de partida para trabalhos futuros que possam, a partir da análise aprofundada dos resultados obtidos, constituir-se como hipóteses a analisar posteriormente. O seu interesse para esta dissertação não se prende, desta forma, com a mais imediata percepção dos resultados ou da sua validade eleitoral futura mas, sim, pelo facto de nela ser inferível uma complexificação da análise linear e directa de algumas variáveis.

Atentemos na sondagem. Esta sondagem, realizada pelo Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica Portuguesa, destacou-se das demais por, durante o ano político 2014-15 atribuir, pela primeira vez, a vitória à Coligação que comandava, à data, o Governo Português¹⁰⁰.

Num cenário apresentado em que apenas 58% dos inquiridos manifestara a convicção de que iria votar nas Eleições – contra 16% que afirmavam ter a certeza de que não iriam votar – e em que cerca de 26% destes ainda estão indecisos, encontra-se um cenário de empate técnico com a coligação PSD/CDS a recolher uma estimativa de resultado eleitoral de 38%, enquanto o PS recolheria 37%.

Ora, estes resultados reflectem um desfecho particularmente incerto das eleições e exibem um quadro altamente competitivo a menos de 5 meses das eleições. Há ainda, neste cenário complexo, mais resultados que cumpre registar. Dos inquiridos, cerca de 63% consideram o Governo como mau (35%) ou muito mau (28%), sendo que apenas 31% consideram o Governo bom (29%) ou muito bom (2%).

A estes indicadores acresce ainda o facto de apenas 28% dos inquiridos considerar que algum partido da oposição faria melhor que o Governo, contra 55% que consideram que não e 17% que dizem não saber. Dos inquiridos que a esta pergunta responderam acreditar

¹⁰⁰ XIX Governo Constitucional da Terceira República Portuguesa, liderado entre 2011 e 2015 pelo Primeiro-ministro Pedro Passos Coelho, em coligação entre o Partido Social Democrata (PPD/PSD) e o Partido Popular (CDS/PP).

que outro partido faria melhor, cerca de 48% acredita que o Partido Socialista – principal opositor do Governo¹⁰¹ – seria o partido que melhor corresponderia a esse anseio.

Contudo, pese a relevância dos dados anteriormente explanados, os dados mais significativos para esta tese surgem com as perguntas relativas às figuras políticas, que apresentam resultados que desafiam a linearidade das leituras sobre a *personalização da política* e colocam interessantes perguntas de partida merecedoras de desenvolvimento futuro. Apartando-nos nós da análise do desempenho de Cavaco Silva¹⁰², que surge abstraído da nossa análise dos desempenhos dos líderes dos partidos com resultados considerados como relevantes pela equipa da sondagem, verificamos que há muito mais questões merecedoras de clarificação do que as imediatamente identificáveis quando nos referimos à *personalização da política*.

Com efeito, os resultados apresentados dividem-se em três categorias, segundo as quais António Costa¹⁰³, Catarina Martins¹⁰⁴, Jerónimo de Sousa¹⁰⁵, Passos Coelho¹⁰⁶ e Paulo Portas¹⁰⁷ são avaliados. Os parâmetros são, respectivamente, *inquiridos que afirmam conhecer*, *avaliação média de 0 a 20* e *percentagem de avaliações positivas*. De referir que as últimas duas questões apenas se colocam a quem responde positivamente ao parâmetro *inquiridos que afirmam conhecer*.

Os resultados estão descritos no quadro abaixo, simplificado com os resultados finais:

Quadro 6			
Líder	Inquiridos que afirmam conhecer (%)	Avaliação média (0 a 20)	Avaliações positivas (%)
António Costa	91%	8,6%	52%
Catarina Martins	56%	8,3%	51%

¹⁰¹ Avaliação diacrónica e sincrónica, que toma por base a dimensão representativa parlamentar dos partidos de oposição em Portugal.

¹⁰² Aníbal Cavaco Silva, 19º Presidente da República Portuguesa.

¹⁰³ Secretário-geral do Partido Socialista à data das Eleições Legislativas de 4 de Outubro de 2015.

¹⁰⁴ Membro da Comissão Permanente do Bloco de Esquerda e Porta-voz do partido, à data das Eleições Legislativas de 4 de Outubro de 2015.

¹⁰⁵ Secretário-geral do Partido Comunista Português à data das Eleições Legislativas de 4 de Outubro de 2015.

¹⁰⁶ Primeiro-ministro e Presidente do Partido Social Democrata à data das Eleições Legislativas de 4 de Outubro de 2015.

¹⁰⁷ Vice-primeiro-ministro e Presidente do Partido Popular à data das Eleições Legislativas de 4 de Outubro de 2015.

Jerónimo de Sousa	94%	8,1%	47%
Pedro Passos Coelho	100%	7,5%	42%
Paulo Portas	99%	6,3%	34%

Do presente quadro podem retirar-se muitas leituras mas, as mais imediatas, remetem-nos logo para a impossibilidade de extracção de uma relação directa ou causal particularmente forte entre os parâmetros estabelecidos referentes à *visibilidade* e respectiva *avaliação* dos candidatos. Se atentarmos no parâmetro avaliador da *visibilidade* verificamos que Pedro Passos Coelho e Paulo Portas lideram com 100% e 99% respectivamente, contra 94% de Jerónimo de Sousa, 91% de António Costa e 56% de Catarina Martins. Embora os primeiros quatro valores sejam muito próximos, o resultado de Catarina Martins propicia-nos um equilíbrio significativo na análise, pese o facto de, entre os 4 primeiros, apenas haver um diferencial de 9%. Ou seja, embora os resultados seguintes dependam do primeiro parâmetro, a verdade é que, abstractamente, não se pode dizer que haja uma relação directa particularmente conclusiva entre o *grau de aprovação* daqueles que conhecem o líder em análise e a avaliação que dele fazem, mesmo que a mera *avaliação* posicional do melhor classificado para o pior classificado possa parecer indicar determinadas conclusões.

Com efeito, se analisarmos um gráfico que introduz uma avaliação de 1 a 5 entre a performance comparativa dos diferentes líderes, classificando crescentemente o seu resultado de 1 até 5, do mais bem cotado até ao mais debilmente avaliado, ficamos com uma visão que parece apontar para uma relação negativa entre *avaliação* do líder e a sua *visibilidade*.

Quadro 7			
Líder	Inquiridos que afirmam conhecer (%)	Avaliação média (0 a 20)	Avaliações positivas (%)
António Costa	5	1	1
Catarina Martins	4	2	2
Jerónimo de Sousa	3	3	3

Pedro Passos Coelho	1	4	4
Paulo Portas	2	5	5

Tendo em conta que as avaliações são calculadas apenas considerando as respostas dos inquiridos que respondem positivamente à primeira questão, afirmando conhecer o líder em análise, pode ser avançado como hipótese o facto de tal resultar de as avaliações serem tendencialmente mais negativas consoante aumente o número de pessoas que reconhece o líder, algo que poderá permeabilizar a classificação e a contabilização de resultados provenientes de públicos menos sensíveis às temáticas políticas ou mais cépticos.

Contudo, António Costa apresenta um resultado muito próximo da *aprovação* de Catarina Martins – estando distanciados por apenas 1% - apesar de em termos de *visibilidade* estarem distanciados por resultados com 35% de diferença. Ou seja, torna-se difícil sustentar uma relação directa entre os dois parâmetros, já que não é possível, nem mesmo nos dois melhores avaliados líderes, inferir um nexo de causalidade imediato entre o factor *exposição* e o factor *avaliação* do líder.

Considerando que a *avaliação média* parece reforçar o parâmetro da *percentagem de avaliações positivas*, ficam por aferir algumas questões bastante relevantes. Cruzemos a tabela anterior com outros dos dados apresentados no mesmo *barómetro*, acrescentando outros valores de referência aduzidos da performance dos partidos dos respectivos líderes.

Assim, introduzimos as questões referentes a *que partido da oposição faria melhor que o Governo, intenção de voto directa e estimativa de resultados eleitorais*. De referir que estes padrões são calculados da seguinte forma. Para a primeira questão foi questionado *algum partido da oposição faria melhor que o actual Governo se estivesse a governar?* Posteriormente, foi colocado aos 28% que responderam afirmativamente a questão relativa a *qual partido faria melhor?* É do cálculo do percentil de respostas resultantes destes 28% que emanam os resultados expressos na coluna *que partido faria melhor*.

Já a *intenção directa de voto* difere da *estimativa de resultados eleitorais*, uma vez que esta última apenas calcula intenções e inclinações de voto de inquiridos que afirmam ter a

certeza que irão votar ou que em princípio irão votar, excluindo assim os 16% que afirmam não ir votar e os 12% que afirmam não saber se irão votar.

Quadro 8							
Líder	Inquiridos que afirmam conhecer (%)	Avaliação média (0 a 20)	Avaliações positivas (% dos que afirmam conhecer)	Que partido faria melhor?	Intenção de voto directa	Estimativa de resultados eleitorais	Partido
António Costa	91%	8,6%	52%	13,44%	17%	37%	PS
Catarina Martins	56%	8,3%	51%	2,8%	3%	8%	BE
Jerónimo de Sousa	94%	8,1%	47%	5,04%	4%	10%	CDU
Pedro P. Coelho	100%	7,5%	42%		20%	38%	Coligação PaF
Paulo Portas	99%	6,3%	34%				

O quadro comparativo aqui exposto visa aferir as relações existentes entre liderança e estes factores aqui considerados. Sabendo-se, à partida, que os universos dos percentis aqui expostos variam, procura-se, contudo, inferir que relações possam existir entre os diversos parâmetros considerados, tentando descobrir pontos de partida que sustentem a existência do fenómeno da *personalização da política*, as suas possíveis manifestações em termos eleitorais e possíveis relações que possam ser estabelecidas.

Sendo, desde logo, visível que a *avaliação média* de todos os líderes é negativa, verificamos contudo que há dois líderes com um *percentil de avaliações positivas* superior a 50%, ainda que não muito distantes deste valor.

Contudo, analisemos não a percentagem de pessoas que, conhecendo o líder, o *avaliam* positivamente mas, sim, o total de avaliações positivas para todo o universo de inquiridos.

Quadro 9			
Líder	Inquiridos que afirmam conhecer (%)	Avaliações positivas (% dos que afirmam conhecer)	Avaliações positivas (% inquiridos)
António Costa	91%	52%	47,32%
Catarina Martins	56%	51%	28,26%
Jerónimo de Sousa	94%	47%	44,18%
Pedro P. Coelho	100%	42%	42%
Paulo Portas	99%	34%	33,66%

Atentando na tabela anterior, aferimos que, se a *visibilidade/reconhecimento* dos líderes pode não ter efeito imediato e directo no resultado eleitoral final, parece possuir, contudo, a característica de impor um tecto máximo ao potencial eleitoral de determinado candidato. Assim se justifica que Catarina Martins, a segunda líder com maior percentagem de *avaliações positivas* dos inquiridos que afirmam reconhece-la e uma dos dois líderes com mais de 50% de *avaliações positivas* nesse universo eleitoral se depare, quando confrontada com o universo total dos inquiridos, com o resultado mais baixo de todos os líderes.

Da mesma forma se verifica que, entre António Costa e Passos Coelho, líderes do PS e do PSD, respectivamente, se veja que Passos Coelho, apesar de estar 10% atrás de António Costa na percentagem de *avaliações positivas* por inquiridos que o reconhecem, consegue encurtar a distância para 5% no total de *inquiridos que avaliam positivamente* ambos os líderes, em virtude de ter uma *visibilidade* 9% superior à de António Costa.

De facto, se é questionável que, como diz a máxima, não haja má publicidade, a verdade é que se torna alvo de questionamento se o *reconhecimento* não se constitui como factor primordial e inicial para o sucesso eleitoral já que não se espera que haja a capacidade de atrair uma votação significativa para algo cuja existência se desconhece.

É, na verdade, sintomático que desta primeira e mais visível hipótese resulte a possibilidade de que, tão importante como o que o que se visibiliza é aquilo que se exclui.

Assim, tomamos como hipótese o facto de a *visibilidade* poder constituir-se como elemento ilustrativo do potencial eleitoral.

Considerando que Paulo Portas não se constitui, nestas eleições, como líder da Coligação, verificamos que há um padrão identificável merecedor de confirmação também. Com base no percentil de *avaliações positivas* pelo universo total da sondagem, deparamo-nos com uma percentagem de *avaliações positivas* sempre superiores ao resultado eleitoral dos líderes, sejam consideradas as intenções de voto directo, sejam contabilizadas as estimativas de resultados eleitorais.

Assim, colocamos nova hipótese. Será a *frequência de avaliações positivas* do líder pelo universo total dos inquiridos no estudo o ponto máximo atingível em termos eleitorais? Será este factor, ponderado entre a *visibilidade* e aqueles que, conhecendo, avaliam positivamente o líder, a expressão do potencial máximo atingível em eleições?

Porém, da mesma forma que aduzimos esta hipótese, questionamos também se a base em que ela assenta é válida, postulando a possibilidade de a questão referente à análise da performance dos políticos não poder ser tomada como válida por não analisar os *Entes* à luz das suas funções. Assim, será o factor *avaliações positivas* ilustrativo do potencial eleitoral de determinado candidato ou, pelo contrário, impossível considerá-lo sem tomar em consideração o questionamento referente não só à performance do *Ente* mas, também, a expectativa quanto à performance do *Ente* investido de uma hipotética função? Ou seja, serão os resultados distintos para, por exemplo, Jerónimo de Sousa, se a questão colocada não se referir à sua imagem mas, sim, ao facto de o considerar *melhor Primeiro-ministro*?

Esta preocupação parece expressa nas questões referentes à avaliação de uma potencial alternativa ao *Governo PSD/CDS*. Se atentarmos nesses dados, verificamos que a percentagem de pessoas que consideram os líderes como tendo uma performance positiva é, no entanto, bastante díspar da percentagem de pessoas que afirmam ver uma alternativa credível nos partidos que lideram.

Contudo, mais uma vez, encontramos valores entre partidos que contraria possíveis relações. Na disparidade dos indicadores relativos ao BE e à CDU vemos que, isoladamente, nem o parâmetro *performance por função* - que partido faria melhor? - nem o parâmetro *intenção de voto directo* parecem encontrar relações directas, uma vez que, por exemplo, Jerónimo de Sousa obtém uma *intenção de voto directo* mais baixa do que a

avaliação *que partido faria melhor?*, situação exactamente contrária ao que acontece com Catarina Martins e as *intenções de voto directo* no Bloco de Esquerda.

Os dados acima expostos acentuam a complexidade da análise e a dificuldade de uma leitura linear sobre a relevância do fenómeno da *personalização da política*. Contudo, pese o facto de nos encontrarmos perante extrapolações teorizantes e perante meras hipóteses, questionamo-nos sobre a própria possibilidade de, cientificamente, se tornar imprescindível clarificar inequivocamente o que significa, então, falarmos hoje de *personalização da política*?

É esta uma avaliação histórica – ou diacrónica – e temos hoje resultados que comprovam que há uma relação mais forte entre a figura do candidato e o resultado eleitoral ou, uma hipótese mais modesta, que há hoje um maior enfoque na figura do líder do que no partido do que acontecia anteriormente? Ou é esta uma avaliação sincrónica e, de facto, ao contrário do que os resultados desta sondagem parecem apontar, este é o factor essencial que determina o resultado eleitoral? É a *personalização da política* uma realidade geograficamente circunscrita ou uma realidade que é extensível às diversas realidades regionais e nacionais?

Estipulando outras hipóteses de partida, é a *personalização da política* entendida à luz do comumente apregoado declínio das lealdades partidárias, um mero negativo deste postulado, ao invés de uma proposta metodologicamente consistente? Será correcto individualizar a análise da imagem de um *Ente* do seu discurso, função ocupada no panorama político e família política de origem? Não será esta uma visão incompleta e ultrapassada da *teoria da personagem*?

Mais. Será uma avaliação positiva de um líder necessariamente boa? Ou, por outras palavras, será uma avaliação negativa necessariamente má? Se um líder for tomado como insensível mas tal se coadunar e reforçar a sua mensagem poderá esse aspecto ser necessariamente entendido como prejudicial aos seus interesses?

Este exercício de análise da sondagem, tal como algumas destas questões de partida, reforça a percepção de que não só um possível enfoque da *personalização da política* na relação entre características do líder pode estar a ser entendido de forma excessivamente literal como, por outro lado, parece apontar para erros metodológicos de espartilhamento da caracterização do líder, algo que parece individualizar excessivamente as suas

características ditas pessoais de outros atributos não menos relevantes para a sua caracterização, tais como o desempenho por contraponto dos diversos intervenientes, do seu discurso ou da sua simples função na arena política.

Retomando, assim, as dificuldades de circunscrição da expressão da *personalização da política*, partimos para trabalhos futuros sobre esta mesma área não só convictos de que as questões de partida ultrapassam largamente as nossas certezas mas, também, conscientes de que exploramos um espaço de análise extraordinariamente estimulante.

Conclusão

Esta tese encerra com a convicção plena de que este objecto é grandemente expressão de duas condicionantes fundamentais não só do momento em que ela surge por nós escrita mas, também, pelo contexto decisivo do espaço e instituição na qual surge.

Escrita a vários tempos, com intervalos e abandonos vários ao longo dos anos em que esteve em gestação, este trabalho encontra algumas das preocupações e reflexões que durante muito tempo e de forma desarticulada ganharam espaço num campo de reflexão pessoal nem sempre totalmente consciente do resultado final que visava atingir, mas extraordinariamente convicto da relevância do caminho a trilhar.

Este *Da Construção da Personagem Política, Contributos para o Estudo da Personalização da Política* é, assim, fruto da paixão pela *Política* e do inabalável fascínio das manifestações mais profundas da *ideologia*, aspectos aqui coligidos num trabalho que esperamos que expresse o gosto com que foi escrita.

Convicto de que este resultado final é decisivamente influenciado por um percurso académico e por uma matriz de pensamento desenvolvidos na *Academia de Coimbra*, deixo também à minha cidade a devida referência, diplomática e condescendentemente extensível a todos quantos nela se pretendam rever.

Feitas as reflexões finais mais pessoais, acrescentamos uma nota de desassossego a este trabalho, sublimada pela ironia de parecermos encontrar, no fim último deste trabalho, a sua própria negação.

Com efeito, o inquietante ponto de partida com que nos defrontamos após a análise da sondagem por nós aqui considerada problematiza em larga escala a validade do fim último para o qual esta tese procura contribuir. E, ainda que seja cientificamente válido um estudo que remeta para a inexistência de determinado fenómeno, ensaiamos nesta tese algumas preocupações para nós suficientemente profundas que, contudo, não minorizam algumas conclusões que entendemos serem relevantes sublinhar.

Chegados a um significativo leque de questões que deste trabalho de reflexão afloraram, concluímos este trabalho com a certeza de que os contributos interdisciplinares e transdisciplinares entre as mais diversas áreas do saber, sejam da *Sociologia*, *Comunicação*

Política ou *Estudos Narrativos* acrescentam entre si valor, permitindo não só harmonizar teorias distintas como, também, dar um maior alcance a alguns dos avanços operados.

Motivados pelo objectivo de perceber a influência efectiva entre a representação do político e os desempenhos eleitorais, envidámos esforços no sentido de procurar uma proposta unificada de entendimento de um dos objectos de estudo centrais a esta preocupação, empreendimento inegavelmente complexo e problemático.

Da harmonização dos diferentes entendimentos terminológicos centrais à teoria da personagem – ou da própria realidade social – ensaiamos com este trabalho um ponto de partida para o estudo da *personalização da política*.

Determinados a, após termos definido os limites e diferentes entendimentos do *Ente*, procurarmos perscrutar qual a real relação entre a representação do político e o consequente desempenho eleitoral, assumimos a convicção de que de que não existem, na *teoria da personagem*, áreas passíveis de serem dispensáveis, ultrapassáveis ou simplesmente incompatíveis, algo que nos afasta de algumas discussões confrontacionais entre diferentes abordagens, ainda que assumamos que as suas diferentes articulações sejam diversas e passíveis de discordância.

Ensaíamos, por esta ordem de ideias, o entendimento de que as análises psicologizantes, desprovidas de qualquer análise ou preocupação de teor estruturalista, são não só desajustadas como praticamente impossíveis, uma vez que a própria afirmação do indivíduo decorre não só do seu meio mas, também, da sua interacção com os demais.

Da mesma forma entendemos que não há *personagem* eminentemente despsicologizada, uma vez que, sendo a narrativa - e concomitantemente a *personagem* - antropocêntrica, se torna extraordinariamente difícil arguir a possibilidade de uma interpretação alheada destas expressões.

Sendo que os diferentes entendimentos da *personagem* são determinados aprioristicamente pela estrutura e pelas mecânicas da narrativa que, em primeira instância, determinam o *grau zero* da pragmática, reforçamos aqui a nossa percepção de que não só o estudo da narrativa, enquanto faculdade cognitiva, é naturalmente impossível sem algumas preocupações de ordem pragmática como, da mesma forma, consideramos que a dimensão cognitiva dos Estudos Narrativos abraça todas as teorias uma vez que todas elas confluem para a construção de significado.

Movidos pelo interesse do estudo da narrativa enquanto faculdade cognitiva, preocupação tendencialmente cognitivista que encontra no estudo das mecânicas e da estrutura da narrativa o *grau zero* da pragmática, revisitamos assim alguns contributos teóricos que nos parecem de inegável interesse.

Esta assumida revalidação do estruturalismo por nós defendida e relevada pelo interesse nas mecânicas narrativas surgem assim entendidas nesta tese como determinantes para o estudo dos mecanismos de construção do significado, fenómeno complexificado pela negação das diferenças ontológicas entre narrativas factuais e ficcionais.

Compreendemos, assim, que a própria análise do *Ente* como unidade de análise fundamentalmente e preferencialmente macroestrutural sublinha a defesa de um entendimento robusto da *teoria da personagem* e das dinâmicas narrativas.

Ora, este entendimento não só aponta para questões essencialmente metodológicas como também aponta para o facto de não ser possível fazer uma análise ou planeamento comunicacional desarraigada das diferentes expressões do *Ente*, sejam elas da ordem do discurso, da sua função ou da sua própria expressão à luz das suas mais diversas expressões enquanto significante – sejam elas aparência, nome, alcunhas, etc. –.

Entendendo nós o *Ente* como significante, questionamo-nos até que ponto não terá um deficiente entendimento da *personalização da política* e da *teoria da personagem* erradamente conduzido alguns partidos ou candidatos a, em alguns momentos, incorrerem na negação de dinâmicas avaliativas de ordem estrutural mas, também, ideológicas procurando no líder ver o significado quando, nele, se deveria procurar o significante.

Faltando-nos avaliar as concretas expressões da *personalização da política*, encerramos este trabalho com a firme convicção de que o estudo da personagem parece reafirmar – ao contrário do que provavelmente seria expectável – um processo de construção de significado partilhado entre os mais diversos significantes em dinâmicas que parecem confluir para a validação das ideologias, ainda que passível de apresentar hoje diferentes expressões ao nível dos significantes apresentados.

Em boa verdade, o *Ente* é, em primeira instância, significante de um *eu socializado* mas, acima de tudo, significante de determinado conteúdo ideológico, apresentando diferentes camadas de significado cujo interesse parece redundar muito mais na ordem do implícito que do explícito.

Assim, ainda que na expressão da *personagem política* se procure antever a morte das ideologias, a valorização do seu primado parece apontar precisamente para a impossibilidade dessa asserção e consequência última. Pois, por mais que o fenómeno da *personalização da política* possa apontar para caminhos eminentemente desideologizados, a verdade é que, independentemente da expressão ou existência deste fenómeno, defendemos que as ideologias adquirem hoje relevância decisiva, aspecto corroborado nesta tese pelas diferentes decomposições teóricas aqui exaradas.

Entender o político enquanto *Ente* – ou seja, enquanto significante – é precisamente o ponto fulcral para esta nossa conclusão pois, em verdade, ele não se significa a si mesmo mas, sim, a uma figura com existência real, não significa um fim em si mesmo mas, sim, um determinado discurso e sistema de valores definido em contraponto com os demais *Entes*.

A partir desta reflexão sobre a *personagem política* – terminologia de partida para este trabalho – reafirmamos a nossa defesa inequívoca da ideologia, entendida no seu sentido mais nobre, enquanto fenómeno indissociável da narrativa enquanto faculdade cognitiva e enquanto estrutura, enquanto fenómeno do *grau zero* da pragmática.

Em tempos de dogmática e coerciva negação da *ideologia* em favor da naturalização de uma linguagem que se procura afirmar como uma *escrita branca*, dessalinizada e purificada por pretensas *verdades de facto*, encontramos nestas reflexões o conforto de quem militantemente acredita num combate ideológico ainda por travar.

É esta a convicção última desta tese, denunciada no seu derradeiro fôlego. Terminamos, assim, este nosso trabalho, confessando, por fim: “*Larvatus Prodeo* – eu avanço com o dedo apontando a minha máscara” (Barthes, 2006: 37).

Bibliografia

- Almeida Santos, J. (1998). *Paradoxos da Democracia*. Lisboa: Fenda Edições.
- Almeida Santos, J. (2012). *Media e Poder, O Poder Mediático e a Erosão da Democracia Representativa*. Lisboa: Nova Vega.
- Anderson, A. (2011). Character and Ideology: The Case of Cold War Liberalism. *New Literary History*, 209-229.
- Arendt, H. (1995). *Verdade e Política*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Arendt, H. (2007). *A Promessa da Política*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Augusta Babo, M. (1996). *Ficcionalidade e Processos Ficcionalis*. BOCC.
- Barthes, R. (2006). *O Grau Zero da Escrita*. Lisboa: Edições 70.
- Bennett, L. (2002, November 1). The Personalization of Politics: Political Identity, Social Media and Changing Patterns of Participation. *ANNALS AAPSS*, 20-39.
- Bento, A., Pires Aurélio, D., De Almeida Santos, J., Salgado de Matos, L., Anxo Fortes Torres, M., Morgado, M., & Bertrand Romão, R. (2012). *Maquiavel e o Maquiavelismo*. Coimbra: Edições Almedina.
- Brants, K., & Voltmer, K. (2011). Changes in Political News Coverage: Personalization, Conflict and Negativity in British and Dutch Newspapers. *Political Communication in Postmodern Society, Challenging the Primacy of Politics*. London: Palgrave Macmillan.
- CESOP/UCP. (2015). *Barómetro de Junho de 2015 CESOP/UCP para Antena 1, RTP, JN e DN*.
- Camponez, C. (2007). *Fundamentos de Deontologia do Jornalismo, A Auto-regulação Frustrada dos Jornalistas Portugueses (1974-2007)*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Castells, M. (2013). *O Poder da Comunicação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cohen, J. (2001). Defining Identification: A Theoretical Look at the Identification of Audiences With Media Characters. *Mass Communication & Society*, 245-264.

- Cornu, D. (1999). *Jornalismo e Verdade, Para uma Ética da Informação*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Dimovski, V., Maric, M., Uhan, M., Durica, N., & Ferjan, M. (2012). Sun Tzu's "The Art of War" and its Implications for Leadership: Theoretical Discussion. *Organizacija*, 151-158.
- Donner, W., & Fumerton, R. (2009). *Mill*. West Sussex: Wiley-Blackwell.
- Edelman, M. (1988). *Constructing the Political Spectacle*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Eder, J., Janidis, F., & Schneider, R. (Eds.). (2010). *Characters in Fictional Worlds*. Gottingen: Walter de Gruyter.
- Ferin, I., Serrano, E., Albino Canelas Rubim, A., Colling, L., Figueiras, R., & Calado, V. (2007). *Jornalismo e Democracia*. Lisboa: Paulus Editora.
- Fludernik, M. (1993). Narratology in Context. *Poetics Today*, 729-761.
- Frow, J. (1986). Spectacle Binding: On Character. *Poetics Today*, 227-250.
- Goffman, E. (1993). *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Gonçalves, V. (2005). *Nos Bastidores do Jogo Político, O Poder dos Assessores*. Coimbra: Edições Minerva Coimbra.
- Hamon, P. (1972). Pour un Statut Sémiologique du Personnage. *Littérature*, 86-110.
- Herman, D., Jahn, M., & Ryan, M. (2010). *Routledge Encyclopedia of Narrative Theory*. New York: Routledge.
- Kaase, M. (1994). Is There Personalization in Politics? Candidates and Voting Behaviour in Germany. *International Political Science Review*, 211-230.
- Lefebve, M. (1980). *Estrutura do Discurso da Poesia e da Narrativa*. Coimbra: Edições Almedina.
- Lipovetsky, G., & Serroy, J. (2010). *O Ecrã Global*. Lisboa: Edições 70.

- Lits, M. (1997). *Le Recit Mediatique: Un Oxymore Programmatique?. Recherches En Communication.*
- Lits, M. (2010). *Du Récit au Récit Médiatique* (2e ed.). Bruxelles: Éditions De Boeck Université.
- Lits, M. (n.d.). *Les Recherches sur le Récit Médiatique et l'Avenir de la Presse.*
- Machiavelli, N. (2008). *O Príncipe.* Coimbra: Coimbra Editora.
- Manuel de Aguiar e Silva, V. (1982). *Teoria da Literatura* (4ª ed.). Coimbra: Edições Almedina.
- Marcus, G., Neuman, R., & Mackuen, M. (2000). *Affective Intelligence and Political Judgement.* Chicago: The University of Chicago Press.
- McNair, B. (2002). *An Introduction to Political Communication* (2nd ed.). London: Routledge.
- Mesquita, M. (2004). *O Quarto Equívoco, O Poder dos Media na Sociedade Contemporânea* (2ª ed.). Coimbra: Edições Minerva Coimbra.
- Mill, J. (2006). *Sobre a Liberdade.* Lisboa: Edições 70.
- Orwell, G. (2002). *1984* (4ª ed.). Lisboa: Edições Antígona.
- Orwell, G. (2008). *A Quinta dos Animais.* Lisboa: Edições Antígona.
- Paquet, M. (1995). *René Magritte.* Koln: Taschen.
- Pasquino, G. (2010). *Curso de Ciência Política* (2ª ed.). Cascais: Princípia Editora.
- Peixinho, A. (2002). *A Génese da Personagem Queirosiana em Prosas Bárbaras.* Coimbra: Edições Minerva Coimbra.
- Peixinho, A. (2012). *A narrativa como superação da crise. Aprofundar a crise: olhares multidisciplinares.* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Peixinho, A., Campones, C., Alegre, M., Pires Aurélio, D., Franco de Sá, A., Silveirinha, M., . . . Castello Branco, T. (2010). *Reflexões Sobre a Liberdade, 150 Anos da Obra de John Stuart Mill.* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

- Reis, C. (2005). *Ad Usam Fabulae: A Ficção da Personagem*. Boletín Gallego De Litteratura, 131-146.
- Reis, C. (n.d.). figurasdaficcao.wordpress.com.
- Reis, C. (2015). *Pessoas de Livro, Estudos Sobre a Personagem*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Reis, C., & Cristina Lopes, A. (2007). *Dicionário de Narratologia* (7ª ed.). Coimbra: Edições Almedina.
- Roselle, L., Miskimmon, A., & O'Loughlin, B. (2014). *Strategic Narrative: A New Means to Understand Soft Power*. *Media, War & Conflict*, 70-84.
- Schill, D. (2009). *Stagecraft and Statecraft*. Plymouth: Lexington Books.
- Schneider, R. (2001). Toward a Cognitive Theory of Literary Character: The Dynamics of Mental-Model Construction. *Style*, 607-640.
- Schudson, M., Mesquita, M., Capelo Gil, I., João Silveirinha, M., & Freire, A. (2010). *Cidadania e Jornalismo*. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.
- Sena, J. (1974). *Maquiavel e Outros Estudos*. Santa Maria de Lamas: Livraria Paisagem Editora.
- Serrano, E. (2002). *As Presidências Abertas de Mário Soares*. Coimbra: Edições Minerva Coimbra.
- Soares, B. (2009). *O Livro do Desassossego* (2ª ed.). Coimbra: Alma Azul.
- Splichal, S. (2002). *Principles of Publicity and Press Freedom*. Maryland: Rowman & Littlefield.
- Traquina, N. (2000). *O Poder do Jornalismo, Análise e Textos da Teoria do Agendamento*. Coimbra: Edições Minerva Coimbra.
- Tzu, S. (2008). *A Arte da Guerra*. Vila Nova de Famalicão: Edições Quasi.
- Van Dijk, T. (1998). *La Ciencia del Texto*. 5ª ed. Barcelona: Paidós.

Van Zoonen, L., & Holtz-Bacha, C. (2000). Personalisation in Dutch and German Politics: The Case of Talk Show. *The Public*, 45-56.

Walsh, R. (2006). The Narrative Imagination Across Media. *Modern Fiction Studies*, 855-868.

Wolf, M. (2006). *Teorias da Comunicação* (9ª ed.). Barcarena: Editorial Presença.

Wood, J. (2010). *A Mecânica da Ficção*. Lisboa: Quetzal Editores.

